



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

4.º TRIMESTRE DE 2017



maio de 2018



FICHA TÉCNICA

“Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 4.º Trimestre de 2017”

é uma publicação da

Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Presença na Internet: www.utam.gov.pt

Na capa: Painéis da Escadaria Nobre do Ministério das Finanças (1950-54), que representam “as atividades nacionais que concorrem para as finanças públicas”, da autoria do pintor Joaquim Rebocho.



Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	7
2. ENQUADRAMENTO.....	9
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	10
3.1. ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	10
3.1.1. Resultado Líquido	10
3.1.2. EBITDA.....	14
3.1.3. Volume de Negócios	18
3.1.4. Gastos Operacionais	21
3.1.5. Prazo Médio de Pagamentos.....	26
3.2. ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO.....	28
3.2.1. Liquidez	28
3.2.2. Rentabilidade	30
3.2.3. Endividamento.....	31
3.3. ANÁLISE PATRIMONIAL	33
3.3.1. Dívida Remunerada	33
3.3.2. Estrutura Patrimonial	35
3.3.3. Investimento e Financiamento do SEE.....	38
4. CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2017	41
5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	45
6. UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	49
ANEXOS	52
A. EMPRESAS CONSIDERADAS	52
B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	54

**Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Setores de Atividade.....	9
Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade.....	11
Tabela 3 – EBITDA por setor de atividade.....	15
Tabela 4 – Volume de Negócios por setor de atividade.....	18
Tabela 5 – Gastos Operacionais por setor de atividade.....	21
Tabela 6 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade.....	25
Tabela 7 – PMP por setor de atividade (dezembro 2017 e dezembro 2016).....	27
Tabela 8 – Indicadores de Liquidez por setor de atividade.....	29
Tabela 9 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade.....	30
Tabela 10 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade.....	32
Tabela 11 – Dívida Remunerada por setor de atividade.....	33
Tabela 12 – Estrutura Patrimonial por setor de atividade.....	35
Tabela 13 – Investimento direto do SEE.....	39
Tabela 14 – Principais Necessidades de Financiamento das empresas públicas.....	40
Tabela 15 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão.....	41
Tabela 16 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão de 2017.....	41
Tabela 17 – Valor dos IGRF por setor de atividade.....	46
Tabela 18 – Variação do valor dos IGRF (excluindo IGRF em processo de contencioso).....	47
Tabela 19 – Análise de sensibilidade à variação das taxas de juro (excluindo IGRF em processo de contencioso).....	48
Tabela 20 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade.....	50
Tabela 21 – Percentagem do total dos Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade.....	50
Tabela 22 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade (percentagens).....	51
Tabela 23 – Resultado Líquido por empresa.....	54
Tabela 24 – Dívida Remunerada por empresa.....	58
Tabela 25 – EBITDA por empresa.....	62
Tabela 26 – CMVMC por setor de atividade.....	66
Tabela 27 – FSE por setor de atividade.....	66
Tabela 28 – Gastos com Pessoal por setor de atividade.....	67
Tabela 29 – Administração Pública: estatísticas descritivas.....	68
Tabela 30 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas.....	68
Tabela 31 – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas.....	69
Tabela 32 – Construção: estatísticas descritivas.....	69
Tabela 33 – Cultura: estatísticas descritivas.....	70
Tabela 34 – Distribuição de Água: estatísticas descritivas.....	70
Tabela 35 – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas.....	71
Tabela 36 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas.....	71
Tabela 37 – Gestoras de Património: estatísticas descritivas.....	72
Tabela 38 – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas.....	72
Tabela 39 – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas.....	73
Tabela 40 – Saúde: estatísticas descritivas.....	73
Tabela 41 – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas.....	74



Índice de Figuras

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido, 2017 <i>versus</i> 2016	12
Figura 2 – Empresas com maior acréscimo e decréscimo de Resultado Líquido (2017 – 2016)	13
Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA, 2017 <i>versus</i> 2016.....	16
Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Evolução do EBITDA (2017 – 2016).....	17
Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios, 2017 <i>versus</i> 2016	19
Figura 6 – Desempenho das empresas públicas: Evolução do Volume de Negócios (2017 – 2016)	20
Figura 7 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais, 2017 <i>versus</i> 2016	22
Figura 8 – Desempenho das empresas públicas: Evolução dos Gastos Operacionais (2017 – 2016)...	23
Figura 9 – Regressão Linear do Volume de Negócios nos Gastos Operacionais.....	25
Figura 10 – Evolução do PMP, em dias, por setor de atividade (dezembro 2016 – dezembro 2017) ..	26
Figura 11 – Distribuição do PMP (em densidades de frequência) a dezembro de 2017	28
Figura 12 – Desempenho das empresas públicas: Evolução do Endividamento (2017 – 2016)	34
Figura 13 – Estrutura Patrimonial por setor de atividade.....	36
Figura 14 – Empresas que registam o Capital Próprio mais negativo.....	37
Figura 15 – Empresas que apresentam o menor Rácio de Autonomia Financeira	38
Figura 16 – Investimento das empresas públicas (em ativos tangíveis, intangíveis e financeiros)	39
Figura 17 – Principais Necessidades de Financiamento das empresas públicas.....	40
Figura 18 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2017	42
Figura 19 – Dívida Remunerada em percentagem do previsto no orçamento das empresas para 2017 por setor de atividade	43
Figura 20 – Volume de Negócios em percentagem do previsto no orçamento das empresas para 2016 por setor de atividade	43
Figura 21 – Gastos Operacionais em percentagem do previsto no orçamento das empresas para 2016 por setor de atividade	44
Figura 22 – Curvas <i>swap</i> EUR e USD (esquerda) e evolução de volatilidade implícita em <i>swaption</i> 5y5y ATM (direita), ambos em percentagem	47
Figura 23 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa	49





1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O “Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 4.º Trimestre de 2017” apresenta a informação económico-financeira que permite avaliar a evolução da situação financeira e patrimonial das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado durante o ano de 2017. Para o efeito recorreu-se à agregação das empresas por setores de atividade, de acordo com a Classificação de Atividades Económicas, sendo apresentados os indicadores mais relevantes e a informação detalhada por empresa. A análise da evolução é efetuada em termos homólogos (isto é, por comparação com o final de 2016) e face ao projetado por estas empresas para o ano de 2017 nos seus planos de atividades e orçamentos.

Constatou-se que em 2017 o Resultado Líquido das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado alcançou um aumento de 17% (50 milhões de euros) face ao verificado em 2016, ou seja, o prejuízo do conjunto das empresas foi reduzido a 243 milhões de euros. Esta melhoria deveu-se sobretudo ao desempenho do setor dos *Transportes e Armazenagem* com um aumento de cerca de 209 milhões de euros, face a 2016, sendo a IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. a empresa pública com maior aumento deste indicador, na ordem dos 117 milhões de euros. Outro setor que contribuiu para o incremento do Resultado Líquido foi o setor das *Empresas Financeiras*, cujo resultado líquido aumentou 182%, cerca de 89 milhões de euros.

Em 2017 ocorreu uma redução do endividamento destas empresas públicas face a 2016 em cerca de 310 milhões de euros (-1%), situando-se a dívida remunerada destas empresas em 31,5 mil milhões de euros, 6,5 mil milhões acima do previsto nos respetivos planos de atividades e orçamentos.

No que se refere ao Volume de Negócios, este indicador apresentou um acréscimo de 164 milhões de euros, mantendo-se a progressão de 2% verificada em 2016. O incremento deste indicador foi acompanhado por um acréscimo dos Gastos Operacionais em 284 milhões de euros (4%), o qual teve como principal contributo o setor da *Saúde* que apresentou um aumento dos seus Gastos Operacionais em 203 milhões de euros (5%), face a 2016.

O Prazo Médio de Pagamentos no final de 2017 situou-se, em termos médios¹, em 89 dias, o que representou um agravamento derivado ao aumento de 3 dias face ao verificado no final de 2016.

Relativamente aos objetivos de gestão estabelecidos para o ano de 2017, a análise da informação disponível permitiu concluir que 86% das empresas públicas cumpriram as instruções relativas ao Endividamento, isto é, tiveram um aumento da dívida remunerada

¹ Isto é, a média do valor do PMP, para o conjunto das empresas tratadas no presente Boletim.



igual ou inferior a 3%; 38% cumpriram no que respeita ao EBITDA²; 33% cumpriram o objetivo referente à redução do peso dos Gastos Operacionais face ao respetivo Volume de Negócios relativamente a 2016; e 43% cumpriram o objetivo de redução do seu Prazo Médio de Pagamentos, sendo de realçar que 37% superam esse objetivo.

Em 2017, a carteira de Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro do Setor Empresarial do Estado apresentava um valor contratual agregado de 1.344 milhões de euros e um valor de mercado negativo próximo de 1.261 milhões de euros.

Finalmente, no que respeita à Unidade de Tesouraria do Estado, verificou-se o decréscimo das disponibilidades financeiras do Setor Empresarial do Estado depositadas na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., de 1,7 mil milhões de euros no final de 2016 para 1,4 mil milhões de euros no final de 2017. Porém, a taxa de centralização de fundos junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP apresentou um acréscimo, de 86% no final 2016 para 92% no final do ano de 2017.

² De acordo com as instruções às empresas, as que registavam EBITDA negativo em 2016 deveriam apresentar um EBITDA nulo ou positivo em 2017; as empresas com EBITDA positivo em 2016 deveriam apresentar um EBITDA superior em 2017.



2. ENQUADRAMENTO

O “Boletim Informativo do Setor Empresarial do Estado – 4.º Trimestre de 2017” considera as empresas públicas que no final de abril³ tinham inserido no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SiRIEF) da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) as demonstrações financeiras e demais informação económica consideradas necessárias para a elaboração do mesmo⁴.

Os setores de atividade considerados neste Boletim foram constituídos tendo em conta a classificação de cada empresa de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE)⁵, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, tal como apresentado na tabela seguinte.

Tabela 1 – Setores de Atividade

Setor	Secção da CAE	Designação da CAE
Administração Pública	O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
Agricultura e Pescas	A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Atividades Administrativas	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Construção	F	Construção
Cultura	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Distribuição de Água	E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
Empresas Financeiras	K	Atividades financeiras e de seguros
Empresas Imobiliárias	L	Atividades imobiliárias
Gestoras de Património	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Indústrias Transformadoras	C	Indústrias transformadoras
Informação e Comunicação	J	Atividades de informação e de comunicação
Saúde	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Transportes e Armazenagem	H	Transportes e armazenagem

No Anexo A encontram-se elencadas as 95 empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) consideradas neste Boletim, com a indicação do setor de atividade económica em que se inserem.

³ A data limite para as empresas inserirem no SiRIEF os dados da execução de 2017 era 30 de abril de 2018.

⁴ Foram utilizados os Balanços previsionais e de execução referentes ao exercício de 2017, o Balanço de execução de 2016, as Demonstrações de Resultados previsionais e de execução de 2017, a Demonstração de Resultados de execução de 2016, as Demonstrações de Fluxos de Caixa previsionais e de execução de 2017, a Demonstração de Fluxos de Caixa de execução de 2016 bem como o PMP. Procedeu-se também à correção de alguns dados e à exclusão de outros cuja validade não foi possível comprovar, pelo que o conjunto das empresas consideradas na análise em cada indicador pode variar.

⁵ Que pode ser consultada no sítio na internet do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, em <http://www.sicae.pt/>.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Nesta secção é apresentado o desempenho económico e financeiro e a estrutura patrimonial das empresas públicas agrupadas em setores de atividade. Para cada indicador foram consideradas duas vertentes de análise:

- a) Cálculo de desvios face à previsão⁶, de forma a avaliar a implementação dos Planos de Atividades e Orçamentos por parte das empresas públicas. Procedeu-se à comparação entre a previsão inserida pelas empresas em SiRIEF relativa ao exercício de 2017 (2017P) e o valor executado no mesmo período (2017E), para cada um dos indicadores considerados;
- b) Avaliação da evolução face ao ano anterior, comparando-se os valores executados nos exercícios de 2017 e 2016, procurando avaliar a capacidade das empresas de melhorarem o seu desempenho económico e a sua situação financeira.

3.1. ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

De entre todos os setores analisados, considera-se apropriado individualizar a análise do setor financeiro, atendendo à natureza específica da atividade exercida pelas sociedades gestoras de participações sociais. Pela sua dimensão, destaque-se a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública), que tem como objeto a gestão de participações sociais públicas. Assim, no decorrer da sua atividade, quando num determinado ano se processa a aquisição ou a alienação de participações sociais de elevado valor, não só a comparação entre exercícios para o setor financeiro perde significado económico, como também a comparação para o total das empresas públicas fica comprometida. Note-se que esta questão surge principalmente nas rubricas de resultados, uma vez que a aquisição e alienação de participações sociais, atendendo aos critérios contabilísticos utilizados pelas empresas em questão, não têm reflexo no Volume de Negócios nem nos Gastos Operacionais. Assim, de forma a obter uma caracterização mais clara da atividade das empresas públicas, no que diz respeito ao Resultado Líquido e ao EBITDA⁷, optou-se por desagregar a análise entre empresas públicas financeiras (EPF) e empresas públicas não financeiras (EPNF).

3.1.1. Resultado Líquido

O Resultado Líquido das EPNF em 2017 diminuiu cerca de 39 milhões de euros (11%) face ao período homólogo enquanto as EPF apresentaram um acréscimo do Resultado Líquido de cerca de 89 milhões de euros também face ao período homólogo. Assim, e combinando os dois grupos de empresas, o Resultado Líquido das empresas públicas registou um aumento

⁶ Por previsão entendem-se os valores constantes dos Planos de Atividades e Orçamentos das empresas públicas inseridos em SiRIEF, aprovados ou propostos.

⁷ Sigla Anglo-Saxónica para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciations and Amortizations*, ou seja, o Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos.



de 50 milhões de euros em 2017. De referir que a evolução positiva do Resultado Líquido decorre essencialmente da melhoria dos Resultados Financeiros, não obstante a deterioração dos Resultados Operacionais das empresas consideradas.

Adicionalmente, o Resultado Líquido executado superou o previsto nos orçamentos das empresas em cerca de 397 milhões de euros, o que representa um desvio positivo face à previsão da ordem de 62%.

A tabela seguinte apresenta o Resultado Líquido realizado pelas empresas públicas, agrupadas por setor de atividade.

Tabela 2 – Resultado Líquido por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	24.174	27.146	-2.972	-11%	109.841	-85.667	-78%	
Agricultura e Pescas	4.782	3.728	1.054	28%	4.182	600	14%	
Atividades Administrativas	790	-26	815	3.172%	-1.204	1.994	166%	
Construção	-2.598	-28.451	25.853	91%	-14.076	11.479	82%	
Cultura	6.892	6.604	288	4%	6.497	395	6%	
Distribuição de Água	23.599	31.200	-7.601	-24%	24.616	-1.017	-4%	
Empresas Imobiliárias	6.326	16.667	-10.341	-62%	-10.321	16.647	161%	
Gestoras de Património	-23.633	-84.566	60.933	72%	-51.202	27.569	54%	
Indústrias Transformadoras	15.081	20.948	-5.867	-28%	20.040	-4.960	-25%	
Informação e Comunicação	851	5.386	-4.536	-84%	3.775	-2.925	-77%	
Saúde	-385.980	-288.969	-97.011	-34%	-174.104	-211.877	-122%	
Transportes e Armazenagem	-50.777	-256.737	205.960	80%	-260.016	209.239	80%	
Total s/ Empresas Financeiras	-380.494	-547.069	166.575	30%	-341.971	-38.523	-11%	
Empresas Financeiras	137.448	-92.972	230.420	248%	48.739	88.709	182%	
Total	-243.046	-640.041	396.995	62%	-293.233	50.186	17%	

Fonte: SIREF

Para a evolução descrita do Resultado Líquido das EPNF face a 2016 contribuíram maioritariamente as empresas do setor da *Saúde*. Note-se que desconsiderando o efeito do setor em causa o Resultado Líquido das EPNF teria aumentado 262 milhões de euros. Por outro lado, o setor dos *Transportes e Armazenagem* registou um acréscimo do Resultado Líquido de aproximadamente 209 milhões de euros, sendo que mais de metade deste aumento decorre da evolução do Resultado Líquido da IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP).

Relativamente aos desvios de previsão, os maiores desvios (em termos absolutos), registaram-se nos setores das *Empresas Financeiras*, dos *Transportes e Armazenagem* e da *Saúde*. No caso das *Empresas Financeiras* o Resultado Líquido foi superior ao previsto em cerca de 230 milhões de euros, sendo o desvio determinado fundamentalmente pela

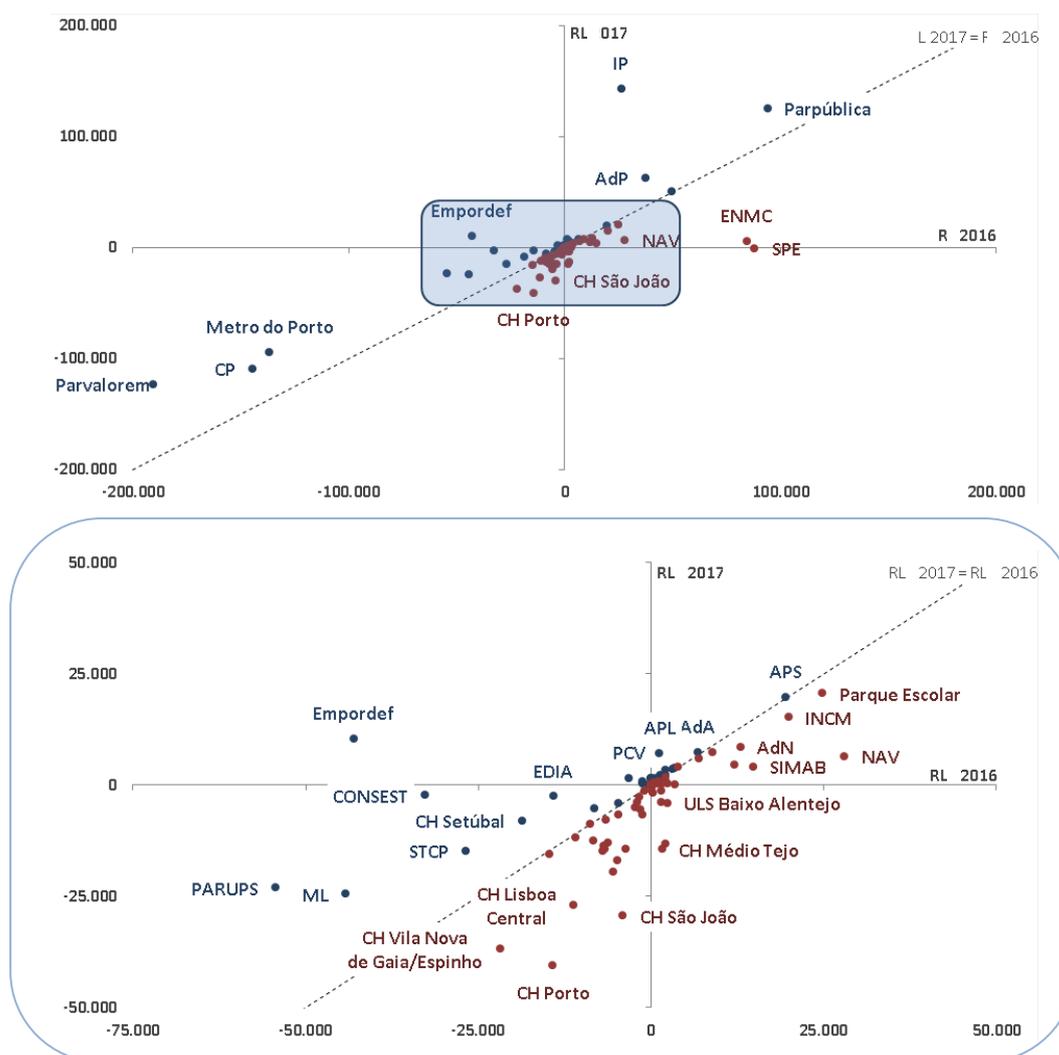
Parpública. Também no setor dos *Transportes e Armazenagem* o Resultado Líquido foi superior ao previsto em cerca de 206 milhões de euros. Em contrapartida, o setor da *Saúde* registou um desvio negativo de aproximadamente 97 milhões de euros.

As figuras que se seguem ilustram as empresas públicas que contribuíram para a evolução descrita do Resultado Líquido face a 2016.

Na Figura 1 é possível identificar a distribuição dos Resultados Líquidos das empresas do SEE em 2016 e em 2017. Encontra-se também representada a reta $RL_{2017} = RL_{2016}$, pelo que através da distância vertical de cada ponto à reta é possível inferir o acréscimo (ou decréscimo) do Resultado Líquido de cada empresa. Note-se que pontos acima da reta (a azul) revelam um acréscimo do Resultado Líquido face a 2016 e os pontos abaixo da reta (a vermelho) um decréscimo do mesmo.

Figura 1 – Desempenho das empresas públicas: Resultado Líquido, 2017 versus 2016

Unidade: milhares de euros



Fonte: SIREF

Verifica-se que as empresas com um decréscimo (56) do Resultado Líquido face a 2016 superaram, em número, as que registaram um acréscimo do mesmo (39); não obstante, a

magnitude dos acréscimos mais que compensa a dos decréscimos, indicado pelo aumento do Resultado Líquido do total das empresas públicas consideradas. A segunda representação gráfica da Figura 1 apresenta a distribuição do Resultado Líquido em 2017 e 2016, excluindo as empresas com maior e menor Resultado Líquido no período em análise, identificadas na primeira representação gráfica da mesma Figura.

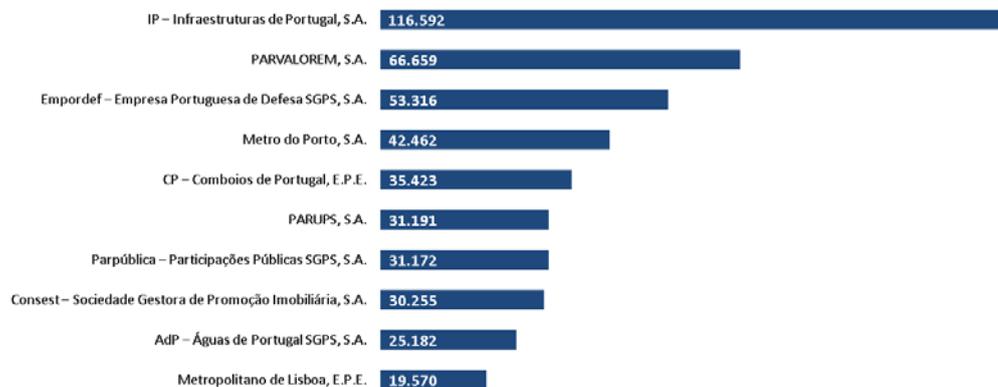
Na Figura 2 encontram-se as empresas que apresentam a maior distância vertical à reta $RL_{2017} = RL_{2016}$ (apresentada na Figura 1), isto é, as empresas que apresentam maiores acréscimos e decréscimos do Resultado Líquido.

Figura 2 – Empresas com maior acréscimo e decréscimo de Resultado Líquido (2017 – 2016)

Unidade: Milhares de euros

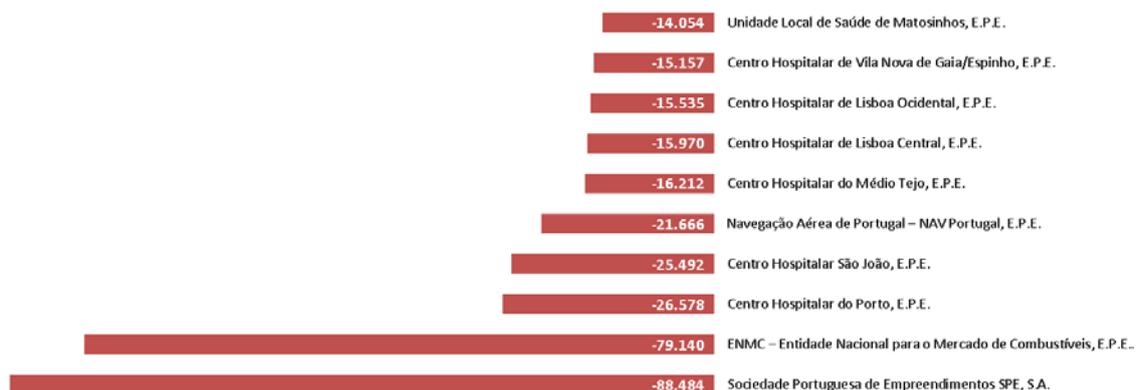
RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Resultado Líquido



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do Resultado Líquido



Fonte: SiRIEF

A IP registou o maior acréscimo do Resultado Líquido face ao período homólogo, em cerca de 117 milhões de euros (443%). Esta evolução deveu-se em parte à melhoria do EBITDA, em cerca de 62 milhões de euros, explicado em maior detalhe na secção 3.1.2., atenuado pelo aumento dos gastos com amortizações em cerca de 5 milhões de euros. No que se refere ao Resultado Financeiro assistiu-se também a uma melhoria de cerca de 59 milhões de euros, por via do decréscimo dos juros e gastos similares suportados.



A melhoria significativa do Resultado Líquido da PARVALOREM, S.A. (PARVALOREM), em cerca de 67 milhões de euros (35%) decorre essencialmente da melhoria do EBITDA, em aproximadamente 57 milhões de euros, explicado em maior detalhe na secção 3.1.2. Ainda assim, assiste-se a uma melhoria do Resultado Financeiro de aproximadamente 9 milhões de euros, por via da redução dos juros e gastos similares suportados. Note-se que, apesar do aumento significativo registado, o Resultado Líquido da PARVALOREM foi negativo em 124 milhões de euros.

A Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A. (SPE) apresentou o maior decréscimo do Resultado Líquido de cerca de 88 milhões de euros (101%). Esta evolução decorreu da diminuição do EBITDA nesse montante, que se encontra explicitada na secção 3.1.2..

O decréscimo do Resultado Líquido da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC), em cerca de 79 milhões de euros (93%), adveio também da evolução negativa do EBITDA nesse montante, que se encontra explicitada na secção 3.1.2..

O Resultado Líquido por empresa pode ser consultado na Tabela 23 do Anexo B.

3.1.2. EBITDA

O EBITDA das EPNF em 2017 diminuiu cerca de 158 milhões de euros (12%) face ao período homólogo. O EBITDA das EPF contrariou esta diminuição com um aumento de 28% face a 2016, na ordem dos 66 milhões de euros. No final de 2017, o EBITDA das empresas públicas totalizou 1.468 milhões de euros. Para a evolução negativa do EBITDA das EPNF contribuiu maioritariamente o setor da *Saúde*, que registou uma deterioração de cerca de 221 milhões de euros. Por outro lado, o setor dos *Transportes e Armazenagem* registou um acréscimo do EBITDA de cerca de 133 milhões de euros. A Tabela 3 apresenta o EBITDA alcançado pelas empresas públicas agrupadas por setor de atividade; o EBITDA por empresa pode ser consultado na Tabela 25 do Anexo B.

No que diz respeito aos desvios face aos objetivos expressos nos orçamentos das empresas, este resultado superou a previsão das empresas em cerca de 272 milhões de euros (23%). O maior desvio do EBITDA face aos orçamentos das empresas foi positivo em aproximadamente 231 milhões de euros e, à semelhança do verificado na análise do Resultado Líquido, este decorre do setor das *Empresas Financeiras*, em particular da Parpública. O maior desvio negativo face aos orçamentos das empresas registou-se no setor da *Saúde*, com um desvio negativo de 111 milhões de euros.

**Tabela 3 – EBITDA por setor de atividade**

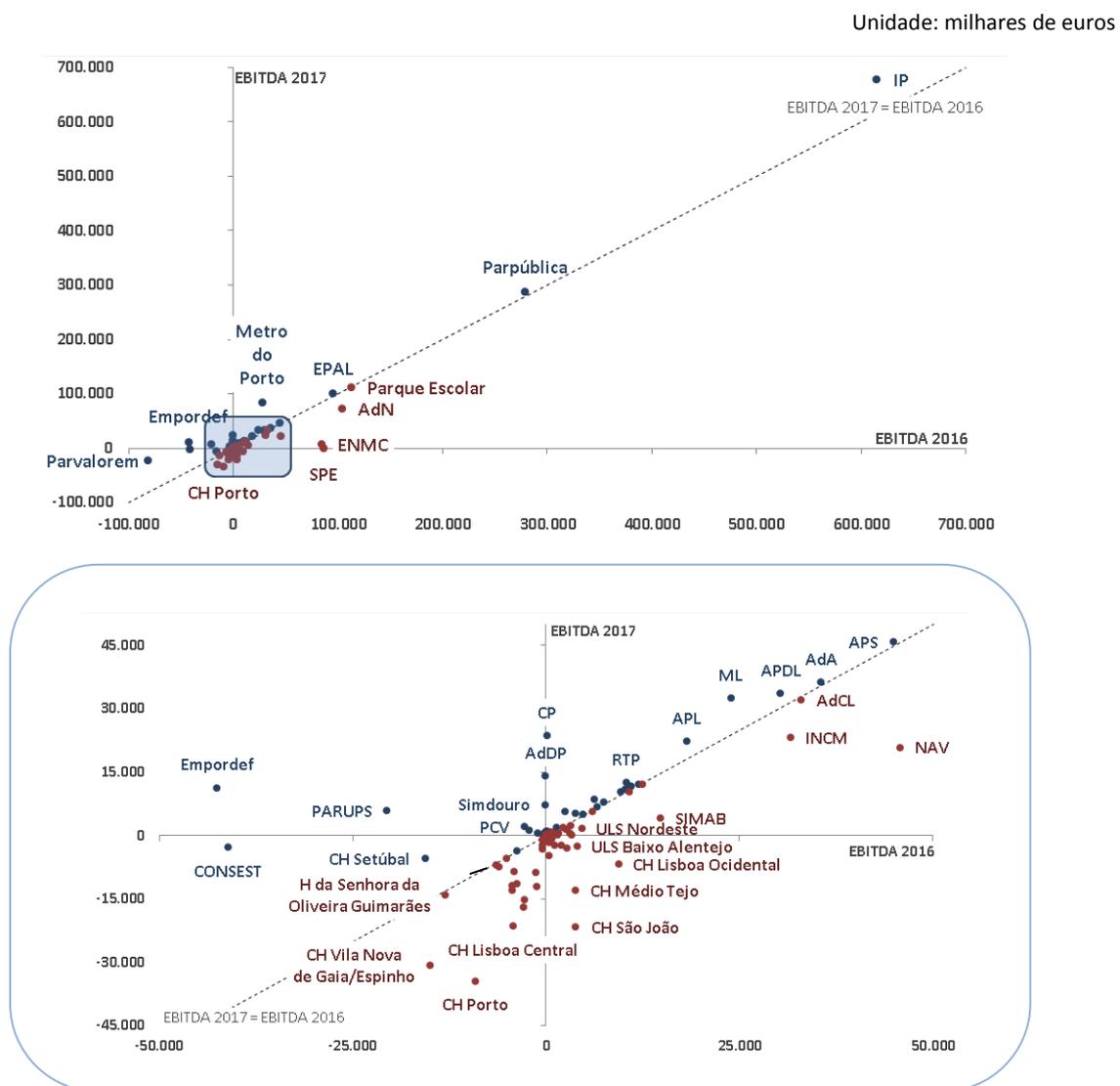
Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	117.329	135.932	-18.603	-14%	200.730	-83.401	-42%	
Agricultura e Pescas	10.843	9.632	1.211	13%	9.880	963	10%	
Atividades Administrativas	8.483	7.976	507	6%	6.253	2.230	36%	
Construção	11.997	7.247	4.750	66%	11.991	6	0%	
Cultura	14.095	13.958	137	1%	13.105	991	8%	
Distribuição de Água	171.889	183.684	-11.794	-6%	182.790	-10.901	-6%	
Empresas Imobiliárias	16.632	16.275	357	2%	-20.629	37.261	181%	
Gestoras de Património	93.102	57.712	35.390	61%	102.182	-9.079	-9%	
Indústrias Transformadoras	23.173	34.126	-10.952	-32%	31.626	-8.453	-27%	
Informação e Comunicação	13.783	17.044	-3.261	-19%	13.006	777	6%	
Saúde	-270.256	-159.138	-111.118	-70%	-49.405	-220.851	-447%	
Transportes e Armazenagem	956.497	801.995	154.502	19%	823.778	132.718	16%	
Total s/ Empresas Financeiras	1.167.567	1.126.442	41.125	4%	1.325.308	-157.740	-12%	
Empresas Financeiras	301.017	70.061	230.956	330%	234.744	66.272	28%	
Total	1.468.584	1.196.503	272.081	23%	1.560.052	-91.468	-6%	

Fonte: SiRIEF

À semelhança do que se observou com o Resultado Líquido, também no que respeita ao EBITDA verificou-se um maior número de empresas com um acréscimo do EBITDA face às que apresentam um decréscimo desta rubrica. Para o EBITDA a magnitude das variações negativas superou a das positivas.

A Figura 1 representa a distribuição do EBITDA das empresas do SEE em 2016 e em 2017. Encontra-se também representada a reta EBITDA 2017 = EBITDA 2016, pelo que através da distância vertical de cada ponto à reta é possível inferir o acréscimo (ou decréscimo) do EBITDA de cada empresa. Note-se que pontos acima da reta (a azul) revelam um acréscimo do EBITDA face a 2016 e os pontos abaixo da reta (a vermelho) um decréscimo do mesmo.

Figura 3 – Desempenho das empresas públicas: EBITDA, 2017 versus 2016

Fonte: SiRIEF

A Figura 4 ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do EBITDA face a 2016.

Figura 4 – Desempenho das empresas públicas: Evolução do EBITDA (2017 – 2016)

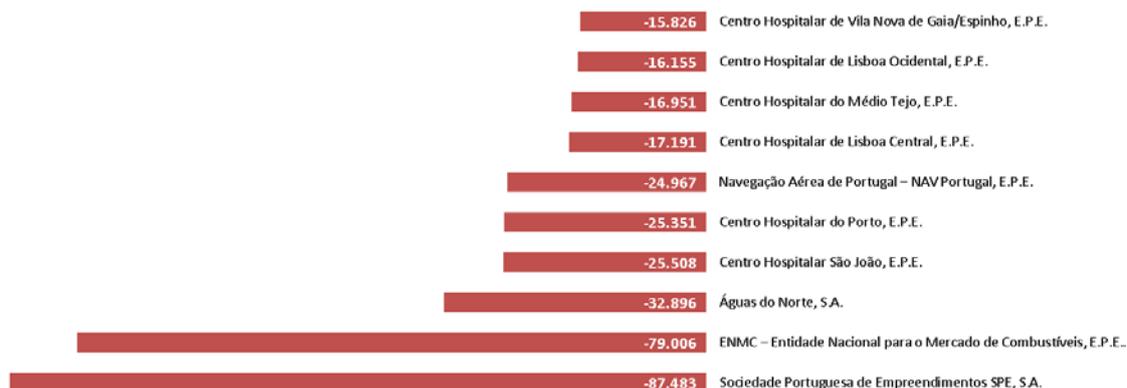
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do EBITDA

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do EBITDA



Fonte: SiRIEF

O maior acréscimo do EBITDA foi registado pela IP, em cerca de 62 milhões de euros (10%). Destaca-se, como fator mais significativo para aquela evolução o aumento das indemnizações compensatórias em cerca de 28 milhões de euros (68%).

O acréscimo de EBITDA apresentado pela PARVALOREM decorreu essencialmente do facto de no exercício de 2016 terem sido registadas imparidades e provisões em torno de 62 milhões de euros, gasto esse que não se repetiu em 2017.

Relativamente aos maiores decréscimos do EBITDA, saliente-se a SPE que apresentou um decréscimo de 101% do seu indicador, decorrente do registo no exercício anterior de um ganho não repetível, por via da Sociedade Mineira do Lucapa, nesse montante.

O decréscimo de 79 milhões de euros verificado na ENMC resulta essencialmente da evolução da rubrica de “Ajustamentos de Inventários” que apresentou um rendimento de 80 milhões de euros em 2016, rendimento que não se repetiu no exercício em análise.



Saliente-se por fim que seis das restantes oito empresas com maiores decréscimos do EBITDA pertencem ao setor da *Saúde*, setor esse que, como referido anteriormente, apresentou o maior decréscimo do indicador em análise.

3.1.3. Volume de Negócios

O Volume de Negócios das empresas públicas em 2017 foi de 7.379 milhões de euros, o que se traduziu em um aumento na ordem dos 165 milhões de euros (2%) face ao período homólogo. Este indicador foi também superior em 151 milhões de euros face ao previsto nos orçamentos das empresas. O Volume de Negócios para cada setor de atividade pode ser consultado na tabela seguinte.

Tabela 4 – Volume de Negócios por setor de atividade

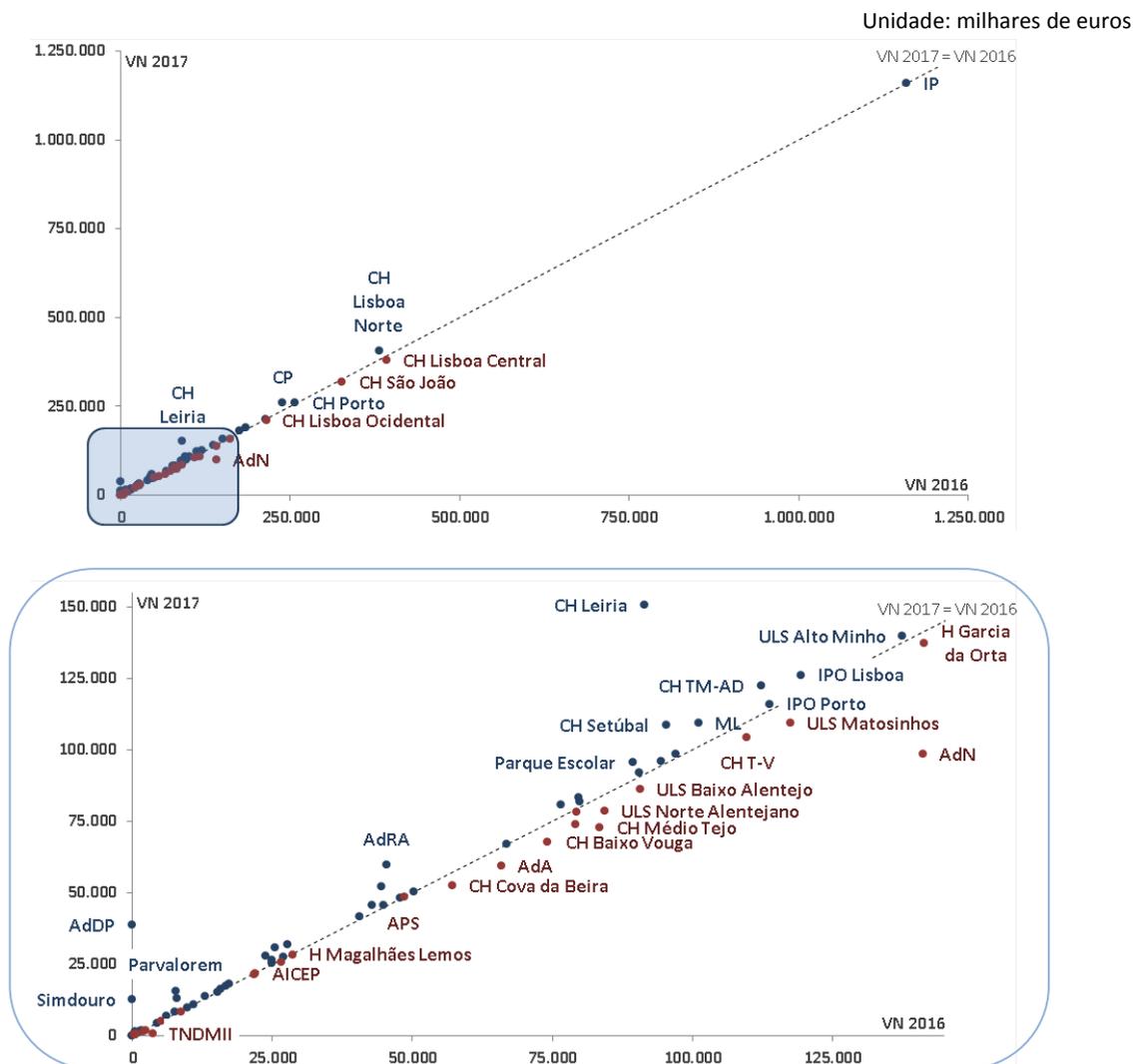
Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	137.470	153.828	-16.357	-11%	130.122	7.348	6%	
Agricultura e Pescas	32.476	32.771	-295	-1%	32.864	-388	-1%	
Atividades Administrativas	7.633	7.633	-0	-0%	7.633	-0	-0%	
Construção	27.914	23.827	4.088	17%	23.816	4.098	17%	
Cultura	34.678	34.554	124	0%	33.015	1.663	5%	
Distribuição de Água	314.836	311.661	3.175	1%	297.423	17.414	6%	
Empresas Financeiras	8.001	8.135	-134	-2%	7.998	2	0%	
Empresas Imobiliárias	38.016	37.407	609	2%	36.275	1.742	5%	
Gestoras de Património	228.617	206.190	22.428	11%	208.091	20.526	10%	
Indústrias Transformadoras	95.927	93.392	2.535	3%	94.431	1.496	2%	
Informação e Comunicação	229.504	227.669	1.836	1%	228.508	996	0%	
Saúde	4.245.427	4.136.067	109.360	3%	4.185.977	59.450	1%	
Transportes e Armazenagem	1.978.931	1.954.838	24.093	1%	1.928.716	50.215	3%	
Total	7.379.432	7.227.971	151.461	2%	7.214.872	164.560	2%	

Fonte: SIRIEF

O setor da *Saúde* apresentou o maior desvio face à previsão, em termos absolutos, registando um Volume de Negócios superior ao previsto em cerca de 109 milhões de euros. Foi também neste setor que se verificou o maior acréscimo do Volume de Negócios face a 2016, na ordem dos 59 milhões de euros, seguido do acréscimo registado pelo setor dos *Transportes e Armazenagem*, na ordem dos 50 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra o contributo de cada empresa pública para a evolução descrita do Volume de Negócios.

Figura 5 – Desempenho das empresas públicas: Volume de Negócios, 2017 versus 2016

Fonte: SiRIEF

Verifica-se que a maioria das empresas (58) apresentou um acréscimo do Volume de Negócios face a 2016. Das 95 empresas consideradas neste Boletim, 30 apresentaram decréscimos do Volume de Negócios.

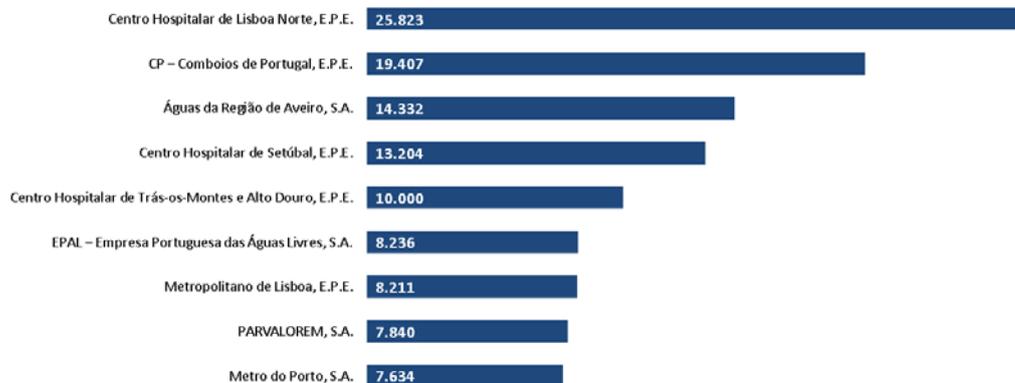
A Figura 6 ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita do Volume de Negócios face a 2016.

Figura 6 – Desempenho das empresas públicas: Evolução do Volume de Negócios (2017 – 2016)

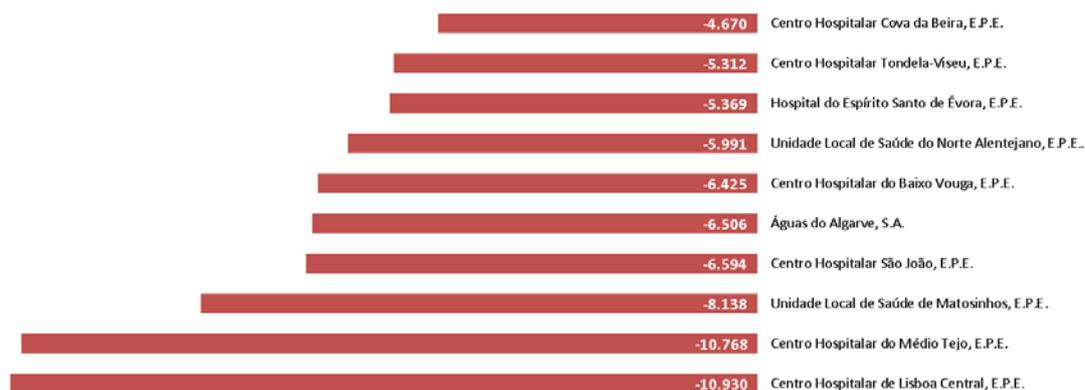
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Volume de Negócios

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior decréscimo do Volume de Negócios



Fonte: SIRIEF

No que diz respeito aos maiores acréscimos do Volume de Negócios destaca-se o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. (CHLN), como tendo a variação positiva mais significativa. Também a CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) se destaca com um aumento de cerca de 19 milhões de euros. Este último acréscimo deve-se essencialmente ao aumento das receitas relacionadas com o transporte de passageiros.

Da ordenação das empresas com maior decréscimo do Volume de Negócios face ao ano de 2016, verifica-se que das dez empresas com maior impacto negativo na evolução deste indicador nove pertencem ao setor da *Saúde*. Refira-se que o Volume de Negócios nestas entidades consiste, essencialmente, dos rendimentos resultantes dos contratos-programa celebrados com o Estado.



3.1.4. Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais⁸ das empresas públicas totalizaram 6.798 milhões de euros em 2017, representando um montante superior ao do período homólogo em cerca de 284 milhões de euros. Os Gastos Operacionais foram também superiores em cerca de 103 milhões de euros face ao montante que havia sido previsto nos orçamentos das empresas.

A tabela seguinte apresenta os Gastos Operacionais para cada setor de atividade.

Tabela 5 – Gastos Operacionais por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	76.963	102.267	-25.304	-25%	71.251	5.713	8%	
Agricultura e Pescas	29.641	29.850	-209	-1%	30.142	-502	-2%	
Atividades Administrativas	31	32	-1	-2%	31	0	1%	
Construção	24.188	36.262	-12.074	-33%	31.874	-7.686	-24%	
Cultura	47.634	45.527	2.107	5%	43.925	3.709	8%	
Distribuição de Água	189.689	192.998	-3.309	-2%	182.386	7.304	4%	
Empresas Financeiras	9.773	12.838	-3.065	-24%	9.856	-83	-1%	
Empresas Imobiliárias	18.407	17.824	583	3%	17.735	672	4%	
Gestoras de Património	156.042	142.976	13.066	9%	143.343	12.699	9%	
Indústrias Transformadoras	63.895	54.121	9.774	18%	59.833	4.062	7%	
Informação e Comunicação	215.090	208.071	7.020	3%	215.209	-118	-0%	
Saúde	4.585.732	4.420.998	164.734	4%	4.382.391	203.341	5%	
Transportes e Armazenagem	1.381.253	1.431.012	-49.759	-3%	1.326.236	55.017	4%	
Total	6.798.338	6.694.776	103.562	2%	6.514.211	284.127	4%	

Fonte: SiRIEF

O setor da *Transportes e Armazenagem* apresentou gastos inferiores aos montantes previstos nos orçamentos das empresas em aproximadamente 50 milhões de euros, principalmente por via dos FSE. Em sentido contrário, o setor da *Saúde* registou um montante de Gastos Operacionais que excedeu o objetivo constante dos orçamentos das empresas em cerca de 165 milhões de euros, maioritariamente por via dos CMVMC.

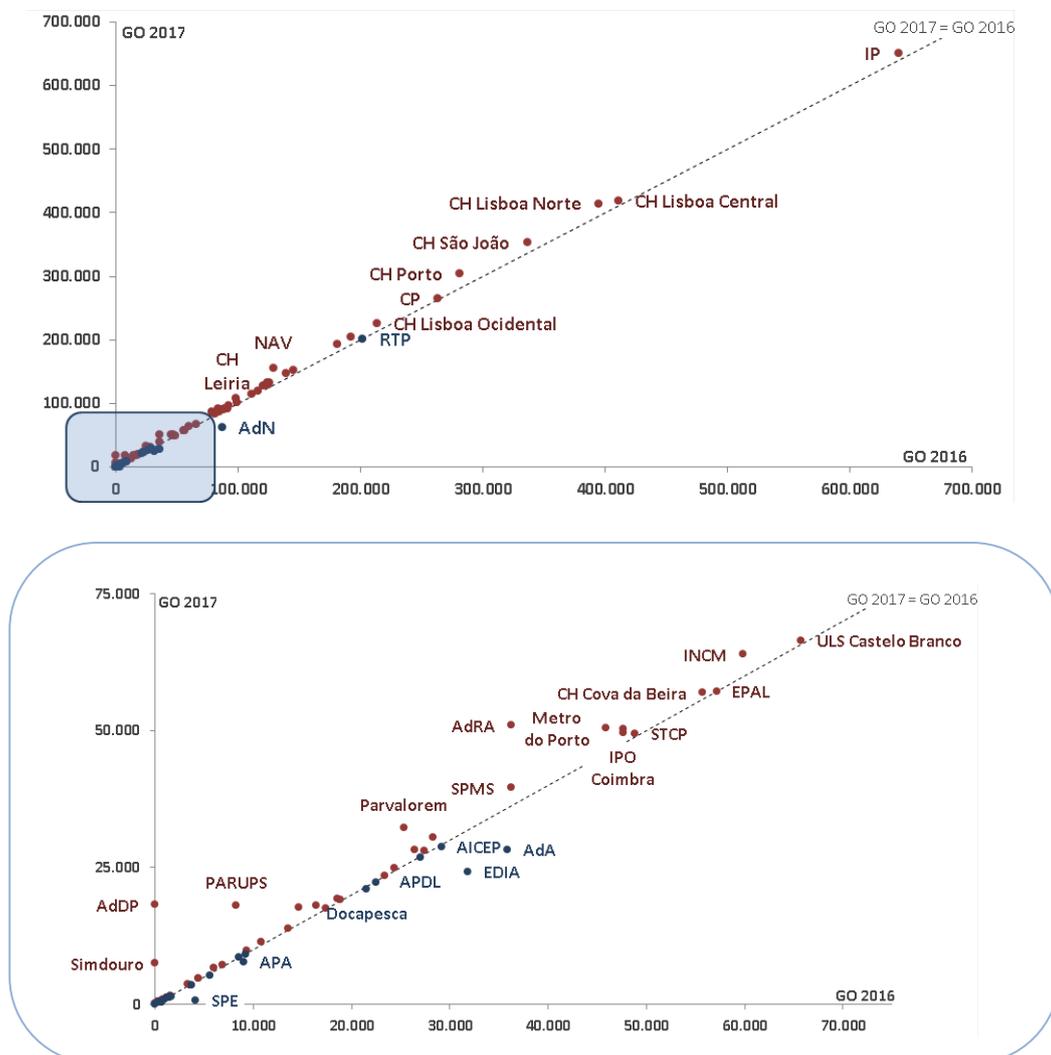
Adicionalmente foi também o setor da *Saúde* que registou o maior acréscimo de Gastos Operacionais, face a 2016, em torno de 203 milhões de euros. O único decréscimo significativo de Gastos Operacionais foi registado no setor da *Construção*, de aproximadamente 8 milhões de euros.

A figura seguinte ilustra o contributo de cada empresa pública para a evolução descrita do Gastos Operacionais.

⁸ Entende-se por Gastos Operacionais a soma dos Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e dos Gastos com Pessoal.

Figura 7 – Desempenho das empresas públicas: Gastos Operacionais, 2017 versus 2016

Unidade: Milhares de euros



Fonte: SiRIEF

Tal como se pode constatar no que respeita aos Gastos Operacionais, da figura acima verifica-se que a maioria das empresas (71) apresentou um acréscimo dos Gastos Operacionais, face a 2016, acompanhando o acréscimo do Volume de Negócios. Todavia, refira-se que das 95 empresas consideradas neste Boletim, 23 apresentaram decréscimos dos Gastos Operacionais, sendo os mais acentuados os apresentados pela EDIA – Empresa para o Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva, S.A. (EDIA), a Águas do Algarve, S.A. e a SPE. Cumpre salientar que, e devido essencialmente aos aumentos da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E. (NAV), ao Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. e ao CHLN, a magnitude dos acréscimos supera a extensão dos decréscimos.

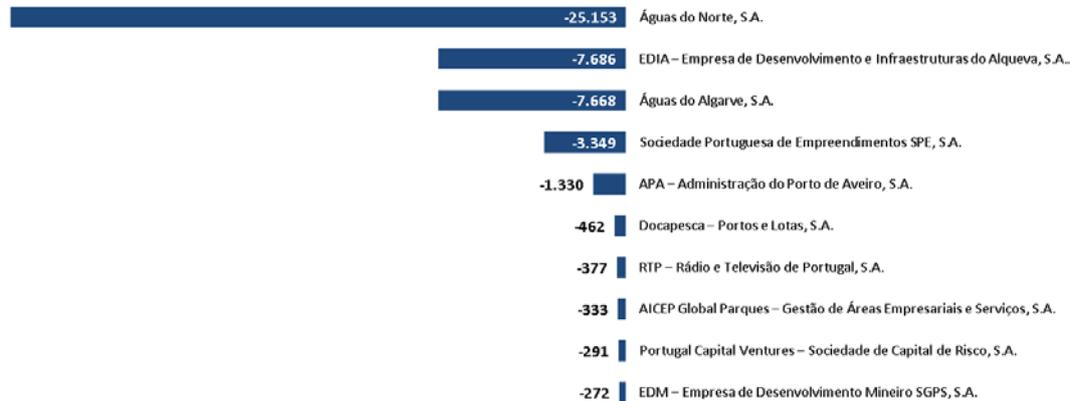
A figura seguinte ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita dos Gastos Operacionais.

**Figura 8 – Desempenho das empresas públicas: Evolução dos Gastos Operacionais (2017 – 2016)**

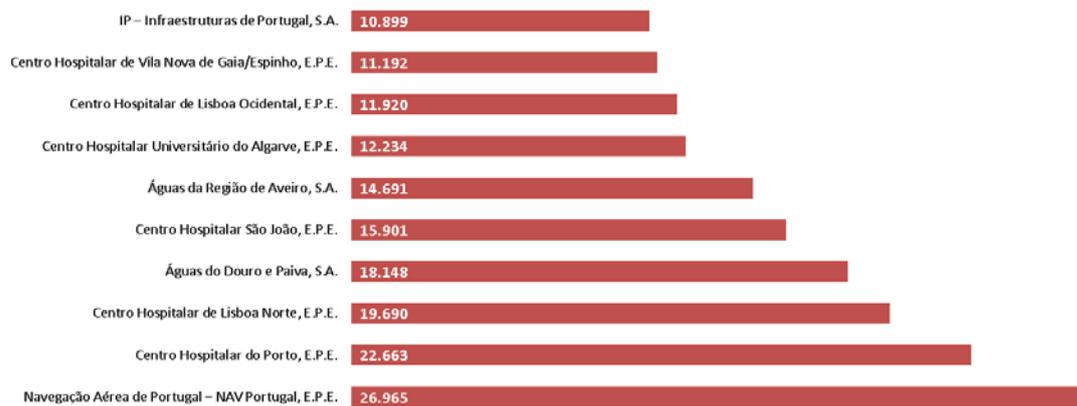
Unidade: Milhares de euros

RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo de Gastos Operacionais

**RANKING DAS 10 EMPRESAS**

com maior acréscimo de Gastos Operacionais



Fonte: SiRIEF

O decréscimo apresentado pela Águas do Norte, S.A., de cerca de 25 milhões de euros, decorre da cisão da empresa, tendo sido compensado pelos novos gastos incorridos pela Águas do Douro e Paiva, S.A. e pela Simdouro – Saneamento do Grande Porto, S.A.. O decréscimo de Gastos Operacionais registado pela EDIA em cerca de 8 milhões de euros foi conseguido essencialmente por via dos FSE.

Os maiores acréscimos de Gastos Operacionais foram de cerca de 27 e 23 milhões de euros, respetivamente registados pela NAV e pelo CHLN; todos os maiores aumentos supramencionados foram acompanhados, no entanto, de um incremento do Volume de Negócios.

Adicionalmente, uma vez que um aumento de Gastos Operacionais pode ocorrer para possibilitar um incremento de atividade e, conseqüentemente, de Volume de Negócios,

procedeu-se ao cálculo da correlação entre as duas rubricas tendo esta diminuído ligeiramente de 0,94 em 2016 para 0,93 em 2017 mantendo-se, não obstante, elevada.

Note-se que no período considerado a correlação entre Gastos Operacionais e Volume de Negócios é quase perfeita⁹. Ou seja, empresas com elevado valor de Gastos Operacionais apresentam, tendencialmente, Volume de Negócios também elevado (e igual para valores reduzidos).

De forma a quantificar a relação entre estas duas rubricas, no ano de 2017, realizou-se uma Regressão Linear que considera como variável explicada o Volume de Negócios e como variável explicativa os Gastos Operacionais¹⁰. Foram excluídas da análise empresas, cujo Volume de Negócios é nulo¹¹. Optou-se ainda por se utilizar o método de regressão através da origem, ou seja, o modelo estimado não inclui constante¹². O declive do referido modelo quantifica a relação (em média) entre as duas rubricas para o conjunto de empresas consideradas. Assim, na amostra em causa, um declive positivo indicia que relativamente a valores mais elevados de Gastos Operacionais estão associados Volumes de Negócios mais elevados (e vice-versa).

A relação entre os Gastos Operacionais e o Volume de Negócios, de acordo com o modelo estimado¹³, é tal que o Volume de Negócios é 1,23 vezes o valor dos Gastos Operacionais, tendo aumentado do valor de 1,19 em 2016. Isto é, uma empresa com mais 1.000 euros de Gastos Operacionais que outra gerou, em média, mais 1.230 euros de Volume de Negócios, um aumento de 40 euros gerados por cada 1.000 gastos em 2017 face a 2016. A figura abaixo (Figura 9) apresenta a reta de regressão estimada de acordo com o modelo apresentado.

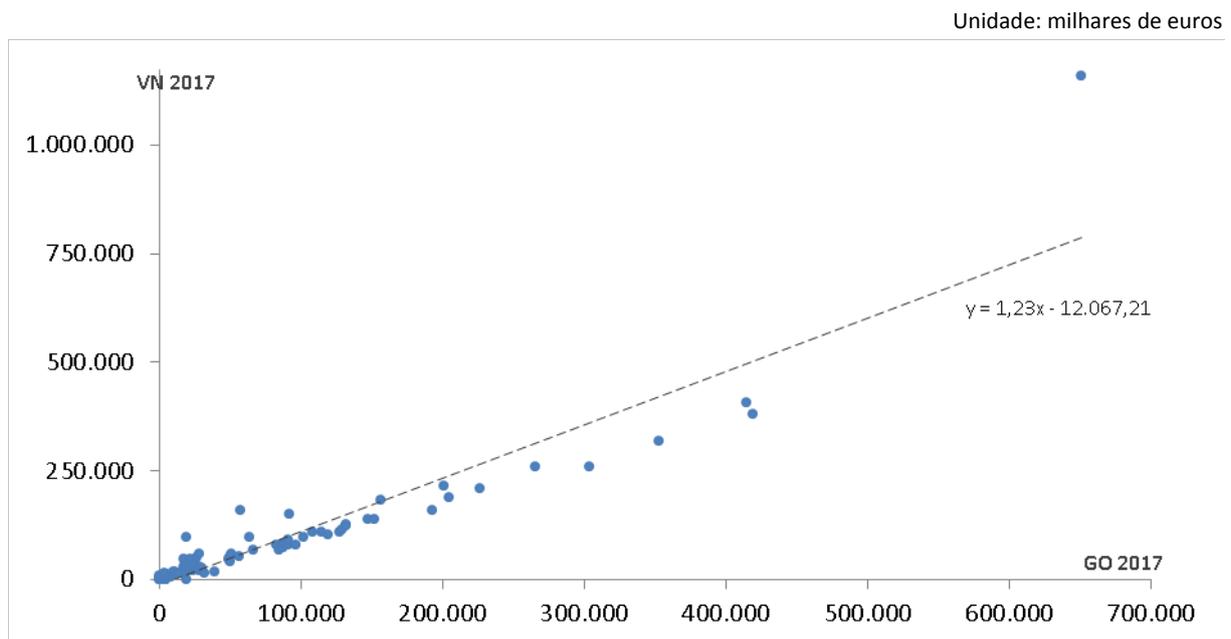
⁹ Isto é, o seu valor está muito próximo do máximo de um. Quer isto dizer que, de facto, as duas rubricas têm variações no mesmo sentido e semelhantes.

¹⁰ Uma vez que não é totalmente claro qual a variável que explica e qual a que é explicada optou-se por esta formulação sendo o objetivo, como referido, quantificar a relação entre os Gastos Operacionais e o Volume de Negócios.

¹¹ Empresas Polis (VianaPolis, CostaPolis, Polis Litoral Sudoeste, etc.), Metro do Mondego, entre outras.

¹² Para esta decisão foram tomados em consideração dois fatores fundamentais. Por um lado, no modelo $VN_i = \alpha + \beta GO_i + \epsilon_i$ a constante (α) não é significativamente diferente de zero o que possibilita o argumento de um modelo sem a mesma. Por outro lado, o erro padrão associado ao coeficiente da variável explicativa é menor no modelo $VN_i = \beta GO_i + \epsilon_i$ o que também é um elemento a favor deste modelo.

¹³ O modelo minimiza a diferença entre os dados observados para cada empresa e a previsão obtida através do ajuste linear dos mesmos.

Figura 9 – Regressão Linear do Volume de Negócios nos Gastos Operacionais


Fonte: SiRIEF

Atendendo ao facto das diversas empresas operarem em escalas diferentes, procedeu-se também à análise do peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, por setor de atividade.

Tabela 6 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios por setor de atividade

Setor	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios		
	2017	2016	Varição
Administração Pública	0,560	0,548	0,01
Agricultura e Pescas	0,913	0,917	0,00
Atividades Administrativas	0,004	0,004	0,00
Construção	0,867	1,338	-0,47
Cultura	1,374	1,330	0,04
Distribuição de Água	0,603	0,613	-0,01
Empresas Financeiras	1,221	1,232	-0,01
Empresas Imobiliárias	0,484	0,489	0,00
Gestoras de Património	0,683	0,689	-0,01
Indústrias Transformadoras	0,666	0,634	0,03
Informação e Comunicação	0,937	0,942	0,00
Saúde	1,080	1,047	0,03
Transportes e Armazenagem	0,698	0,688	0,01
SEE	0,92	0,90	0,02

Em 2017 os Gastos Operacionais representaram cerca de 92% do Volume de Negócios, o que se traduziu um acréscimo face ao rácio verificado em 2016. Três dos setores em análise apresentaram Gastos Operacionais superiores ao respetivo Volume de Negócios. Destes

setores fazem parte a *Cultura* e a *Saúde*, cuja estrutura dos Gastos Operacionais foi financiada através de fundos que incluem não só as vendas e serviços prestados, contabilizados no Volume de Negócios, como também subsídios atribuídos pelo Estado.

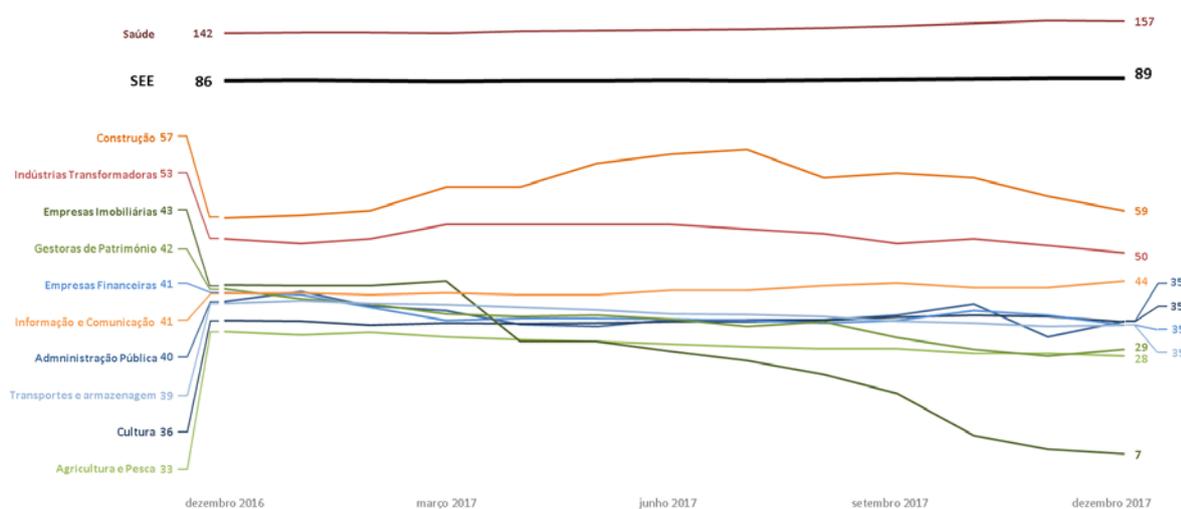
No caso do setor da *Construção*, representado pela EDIA assistiu-se a uma diminuição significativa do mesmo face ao registado no período homólogo.

3.1.5. Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, veio concretizar o objetivo de redução dos prazos de pagamento de forma a “assegurar um comportamento exemplar das entidades públicas na regularização dos compromissos de natureza comercial”. Assim, a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a regularização de pagamentos em atraso são objetivos estabelecidos para as empresas públicas.

A figura seguinte ilustra a evolução do PMP mensal no período compreendido entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017, por setor de atividade¹⁴.

Figura 10 – Evolução do PMP, em dias, por setor de atividade (dezembro 2016 – dezembro 2017)



Fonte: SIRIEF

Em termos globais, as empresas públicas registaram um PMP com trajetória ascendente ao longo do ano de 2017, que se situou numa média de 89 dias no final do ano. Este valor resultou principalmente dos setores da *Saúde* e da *Construção*, sendo que apenas o primeiro se situou acima da referida média. Os setores da *Empresas Imobiliárias* e da *Agricultura e Pesca* registaram os PMP mais baixos (com médias de 7 e 28 dias, respetivamente), o primeiro tendo verificado uma queda considerável (de 43 para 7 dias) e estável no segundo caso. De notar que, salvo no setor da *Saúde*, não se verificaram aumentos significativos do PMP no período em análise.

¹⁴ O PMP para um setor de atividade corresponde à média dos PMP das empresas que compõe o setor em causa.



Procede-se de seguida a uma análise mais detalhada dos PMP no final dos anos de 2016 e 2017, por setor de atividade.

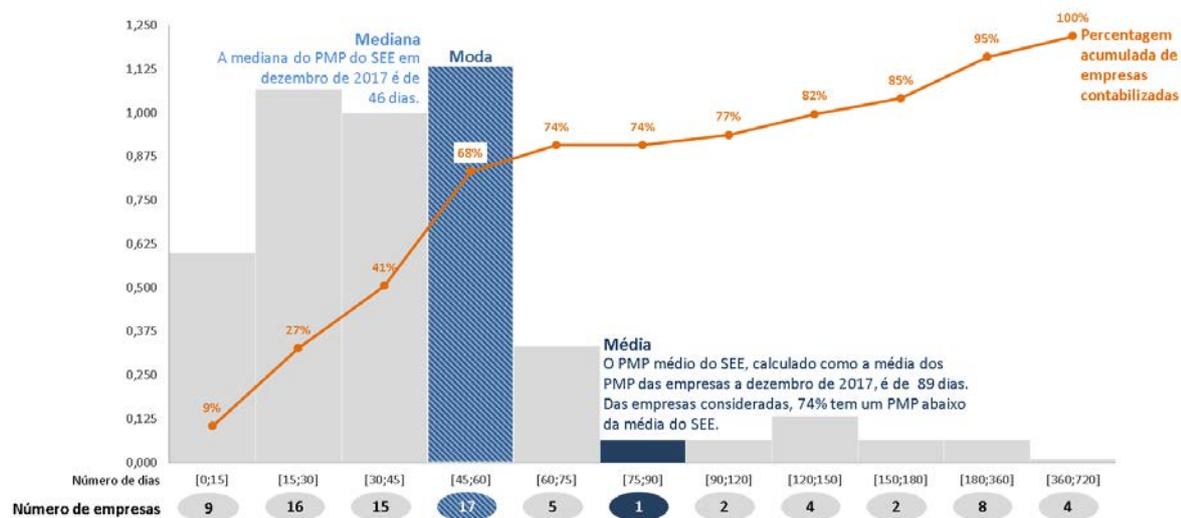
Tabela 7 – PMP por setor de atividade (dezembro 2017 e dezembro 2016)

Unidade: dias

Setor	dezembro 2017	dezembro 2016	Variação
Administração Pública	35	40	-4
Agricultura e Pescas	28	33	-5
Construção	59	57	2
Cultura	35	36	-0
Empresas Financeiras	35	41	-7
Empresas Imobiliárias	7	43	-36
Gestoras de Património	29	42	-13
Indústrias Transformadoras	50	53	-3
Informação e Comunicação	44	41	3
Saúde	157	142	15
Transportes e Armazenagem	35	39	-5
Todos os setores	89	86	3

Fonte: SiRIEF

O total das empresas públicas consideradas registou em 2017 um aumento do PMP de 3 dias face ao ano anterior. De notar os aumentos significativos do PMP nos setores da *Saúde* (15 dias o qual, devido ao grande número de empresas neste setor, mais que compensa as quedas dos restantes setores, entre os quais se destacam as *Empresas Imobiliárias*, com redução de 36 dias, e as *Gestoras de Património*, com redução de 13 dias). De notar ainda que o setor da *Saúde* representa não apenas o setor com maior número de empresas mas também o setor com maior PMP, explicando a sua influência sobre a média de todos os setores e a forma como inverte as restantes quedas de PMP.

Figura 11 – Distribuição do PMP (em densidades de frequência) a dezembro de 2017


Fonte: SiRIEF

Das 83 empresas consideradas, 25 têm um PMP inferior a um mês. A distribuição apresenta um enviesamento positivo, uma vez que cerca de 74% das empresas apresentaram um PMP inferior à média de 89 dias registada no mês de dezembro de 2017.

3.2. ANÁLISE DE LIQUIDEZ, RENTABILIDADE E ENDIVIDAMENTO

3.2.1. Liquidez

A tabela seguinte apresenta indicadores que permitem avaliar os resultados gerados pelas empresas públicas no período em análise e a sua capacidade para satisfazer as suas obrigações de curto prazo. São apresentados os seguintes indicadores: *Cash Flow*¹⁵, Fundo de Maneio¹⁶ e Liquidez Geral¹⁷.

¹⁵ *Cash Flow* = Resultado Líquido + Depreciações e Amortizações + Provisões e Imparidades.

¹⁶ Fundo de Maneio = Ativo Corrente – Passivo Corrente.

¹⁷ Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente.

**Tabela 8** – Indicadores de Liquidez por setor de atividade

Setor	Cash Flow (Milhares de euros)		Fundo de Maneio (Milhares de euros)		Liquidez Geral	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Administração Pública	81.792	165.768	297.968	287.078	2,277	2,344
Agricultura e Pescas	5.550	4.525	17.450	18.782	2,388	2,330
Atividades Administrativas	5.684	5.478	40.948	12.341	19,118	5,489
Construção	7.443	8.913	47.853	165.763	1,129	3,111
Cultura	10.657	10.223	7.306	4.914	1,508	1,338
Distribuição de Água	138.622	143.674	-296.840	-76.647	0,612	0,756
Empresas Financeiras	4.241	-71.155	-769.206	-1.203.719	0,180	0,368
Empresas Imobiliárias	16.110	15.741	25.197	36.375	1,402	1,804
Gestoras de Património	-58.815	40.947	-1.076.801	-469.836	0,493	0,732
Indústrias Transformadoras	25.322	23.401	64.032	68.595	4,739	6,466
Informação e Comunicação	7.555	10.283	-134.677	-132.344	0,432	0,410
Saúde	-253.432	-34.007	-1.122.427	-935.183	0,773	0,777
Transportes e Armazenagem	335.503	203.085	729.053	-350.184	1,095	0,958
SEE	326.232	526.876	-2.170.144	-2.574.066	0,881	0,850

Fonte: SiRIEF

O *Cash Flow* é uma medida aproximada do montante de autofinanciamento gerado no exercício. Em 2017, o *Cash Flow* realizado pelo total das empresas públicas foi positivo em cerca de 326 milhões de euros. Assistiu-se assim a uma deterioração do indicador em cerca de 200 milhões de euros (38%), face ao registado em 2016. Esta evolução foi fortemente influenciada pelas perdas registadas pelo setor da *Saúde*, o qual apresenta uma redução do *Cash Flow* de 219 milhões de euros (645%). Pela positiva destacam-se os desempenhos das empresas dos setores *Transportes e Armazenagem* e das *Empresas Financeiras*, com aumentos de 132 milhões de euros (65%) e 75 milhões de euros (106%), respetivamente.

Em termos globais, o Fundo de Maneio foi negativo em cerca de 2,2 mil milhões de euros para o total das empresas públicas, pelo que o Passivo Corrente superou o Ativo Corrente neste montante. Ainda assim, face a 2016 verificou-se um aumento de liquidez de aproximadamente 403 milhões de euros (16%). Destacam-se quatro setores com Fundo de Maneio negativo, sendo o setor da *Saúde* o que apresenta o Fundo de Maneio mais negativo e o setor das *Gestoras de Património* não só o que apresenta o segundo Fundo de Maneio mais negativo mas também o agravamento mais significativo, em cerca de 607 milhões de euros. Por outro lado, o setor dos *Transportes e Armazenagem* apresenta uma melhoria de cerca de mil milhões de euros no seu Fundo de Maneio (308%). Em causa está a variação apresentada pela Metro do Porto, S.A. (Metro do Porto), explicada por uma transferência de financiamentos obtidos correntes para a rubrica equivalente do passivo não corrente.

Para facilitar a comparação entre setores, procedeu-se ao cálculo do rácio de Liquidez Geral, definido como o número de vezes em que o Ativo Corrente supera o Passivo Corrente. Assim, salientam-se as *Atividades Administrativas*, as *Indústrias Transformadoras* e os



setores da *Agricultura e Pescas* e da *Administração Pública* como os setores com maior capacidade de reembolsar o seu Passivo Corrente recorrendo ao seu Ativo Corrente. Em comparação com o final de 2016, oito dos treze setores apresentaram um decréscimo da sua Liquidez Geral, sendo o maior decréscimo observado no setor das *Empresas Imobiliárias*. Não obstante, este indicador aumentou 4% para as empresas públicas, ainda que se encontre abaixo da unidade, indicando um Passivo Corrente superior ao Ativo Corrente para o conjunto das empresas consideradas.

3.2.2. Rentabilidade

A tabela seguinte apresenta rácios relevantes que permitem avaliar a rentabilidade das vendas e dos serviços prestados pelas empresas públicas e o retorno gerado para o acionista. São apresentados os seguintes indicadores: Margem Bruta¹⁸, Rentabilidade das Vendas¹⁹ e Rentabilidade do Capital Próprio²⁰.

Tabela 9 – Indicadores de Rentabilidade por setor de atividade

Setor	Margem Bruta		Rentabilidade das Vendas		Rentabilidade do Capital Próprio	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Administração Pública	-	-	0,853	1,543	0,022	0,029
Agricultura e Pescas	0,877	0,881	0,334	0,301	0,086	0,073
Atividades Administrativas	-	-	1,111	0,819	0,026	-0,042
Construção	0,998	0,998	0,430	0,503	-	-
Cultura	0,944	0,950	0,406	0,397	0,128	0,166
Distribuição de água	0,879	0,919	0,571	0,615	0,051	0,057
Empresas Financeiras	-	-	0,366	-0,252	0,029	0,024
Empresas imobiliárias	0,988	0,978	0,510	0,563	0,013	-0,031
Gestoras de Património	0,814	0,890	0,405	0,490	0,073	0,114
Indústrias transformadoras	0,732	0,734	0,242	0,335	0,173	0,208
Informação e Comunicação	0,620	0,583	0,060	0,057	0,214	0,831
Saúde	0,671	0,682	-0,064	-0,012	-0,216	-0,091
Transportes e armazenagem	0,845	0,851	0,483	0,427	0,023	0,008
SEE	0,732	0,743	0,197	0,228	0,021	0,023

Fonte: SiRIEF

No exercício de 2017, a nível global, a Margem Bruta foi de cerca de 73,2% do valor das vendas, o que representou uma diminuição de 1,1 pontos percentuais (p.p.) face ao período homólogo. Saliente-se que foram excluídas da análise deste indicador todas as empresas

¹⁸ Margem Bruta = (Vendas e Serviços Prestados – CMVMC) / Vendas e Serviços Prestados.

¹⁹ Rentabilidade das Vendas = EBITDA / Vendas e Serviços Prestados. Para o cálculo da Rentabilidade das Vendas não são consideradas empresas com Vendas e Serviços Prestados a zero.

²⁰ Rentabilidade do Capital Próprio = Resultado Líquido / Capital Próprio. Para o cálculo da Rentabilidade do Capital Próprio não são consideradas empresas com Capital Próprio não positivo.



públicas que, pela natureza da sua atividade, não tiveram Volume de Negócios (definido pela soma das vendas com os serviços prestados) ou cujo CMVMC foi igual a zero.

Em termos setoriais refira-se ainda a diminuição registada na Margem Bruta do setor das *Gestoras de Património*, face ao período homólogo, em cerca de 7,6 p.p. enquanto as empresas do setor da *Informação e Comunicação* viram a sua Margem Bruta aumentar em 3,7 p.p. na sequência da redução em 8% dos CMVMC pela RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A..

Quanto à Rentabilidade das Vendas, esta diminuiu face 2016 de 22,8% para 19,7%. Refira-se que foram também aqui excluídas da análise deste indicador todas as empresas públicas que, pela natureza da sua atividade, não tiveram Volume de Negócios. Saliente-se a deterioração significativa do setor da *Administração Pública*, por via da ENMC, como explicado na secção 3.1.2..

Em termos globais, a Rentabilidade do Capital Próprio diminuiu cerca de 0,2 p.p., mantendo-se em torno de 2%. O maior decréscimo, de 62 p.p., ocorreu no setor da *Informação e Comunicação*, por efeito do decréscimo do Resultado Líquido e aumento do Capital Próprio da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.. Refira-se ainda o setor da *Saúde*, que registou a menor Rentabilidade do Capital Próprio, negativa em cerca de 21,6%. Note-se que os valores apresentados na tabela não incluem as empresas com Capital Próprio negativo.

3.2.3. Endividamento

A tabela seguinte apresenta rácios que permitem avaliar o nível de endividamento das empresas públicas, a natureza desse endividamento e o respetivo custo incorrido. São apresentados os seguintes indicadores: Rácio de Endividamento²¹, Rácio de Endividamento Corrente²² e Custo do Passivo Remunerado²³.

²¹ Rácio de Endividamento = Passivo Total / Ativo Total.

²² Rácio de Endividamento Corrente = Passivo Corrente / Ativo Total.

²³ Custo do Passivo Remunerado = Juros Suportados / Passivo Remunerado.

Tabela 10 – Indicadores de Endividamento por setor de atividade

Setor	Rácio de Endividamento		Rácio de Endividamento Corrente		Custo do Passivo Remunerado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Administração Pública	0,669	0,673	0,088	0,080	0,015	0,016
Agricultura e Pescas	0,287	0,297	0,161	0,173	-	-
Atividades Administrativas	0,669	0,680	0,025	0,030	0,038	0,041
Construção	1,376	1,682	0,479	0,128	0,010	0,008
Cultura	0,237	0,268	0,229	0,249	0,001	0,020
Distribuição de Água	0,862	0,869	0,132	0,095	0,031	0,032
Empresas Financeiras	0,464	0,553	0,118	0,226	0,055	0,048
Empresas Imobiliárias	0,281	0,270	0,106	0,078	0,012	0,013
Gestoras de Património	1,846	1,780	0,553	0,444	0,022	0,030
Indústrias Transformadoras	0,335	0,275	0,131	0,094	-	-
Informação e Comunicação	1,027	1,060	0,654	0,629	0,026	0,025
Saúde	0,932	0,878	0,915	0,862	0,791	1,283
Transportes e Armazenagem	0,947	0,989	0,200	0,222	0,033	0,036
SEE	0,921	0,949	0,269	0,273	0,031	0,035

Fonte: SiRIEF

O Rácio de Endividamento indica que em 2017 e em termos globais, devido à diminuição de cerca de 3 p.p. verificada face a 2016, o total do Passivo permaneceu inferior ao total do Ativo, tendo aumentado o montante de Fundos Próprios do total das empresas consideradas. É de salientar o setor das *Gestoras de Património*, cujo total do Passivo era 2 vezes superior ao total do Ativo, traduzindo-se num Capital Próprio negativo. Adicionalmente, de referir o setor da *Construção* que, apesar da melhoria do rácio, continua a apresentar um valor superior a um e, conseqüentemente Capital Próprio negativo. Em termos globais, e de acordo com o Rácio de Endividamento Corrente, o Passivo de curto prazo representava cerca de 27% do Ativo Total.

Verificou-se que o Custo do Passivo Remunerado para o exercício de 2017, indicativo da taxa de juro a que as empresas públicas se financiam, diminuiu ligeiramente face ao período homólogo de 3,5% para 3,1%.

O valor elevado deste indicador no setor da *Saúde* resulta do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E., cuja dívida totaliza cerca de 107 mil euros. O valor elevado de juros, face ao *stock* de dívida resulta essencialmente da decisão do tribunal em dois processos que levou ao pagamento, por parte do Centro Hospitalar, de cerca de 80 mil euros em juros e gastos similares.

Refira-se ainda que este indicador não é apresentado para os setores que não disponham de Passivo Remunerado.



3.3. ANÁLISE PATRIMONIAL

3.3.1. Dívida Remunerada

A Dívida Remunerada²⁴ das empresas públicas no final de 2017 foi de aproximadamente 31,5 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 1%, na ordem dos 310 milhões de euros, relativamente ao ano anterior, no entanto foi um valor superior ao expresso nos orçamentos das empresas em cerca de 6,5 mil milhões de euros, essencialmente devido ao desvio de previsão da IP.

A tabela seguinte apresenta a Dívida Remunerada das empresas públicas agrupadas por setor de atividade.

Tabela 11 – Dívida Remunerada por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	1.383.105	1.362.578	20.527	2%	1.433.028	-49.923	-3%	
Agricultura e Pescas	45	0	45	-	0	45	-	
Atividades Administrativas	58.940	62.586	-3.646	-6%	58.940	0	0%	
Construção	637.498	658.735	-21.237	-3%	690.804	-53.307	-8%	
Cultura	937	0	937	-	936	1	0%	
Distribuição de Água	1.226.811	1.152.308	74.504	6%	1.286.128	-59.316	-5%	
Empresas Financeiras	2.968.611	2.963.305	5.306	0%	3.909.887	-941.275	-24%	
Empresas Imobiliárias	83.920	82.559	1.361	2%	78.577	5.343	7%	
Gestoras de Património	6.666.165	5.467.618	1.198.547	22%	5.553.825	1.112.340	20%	
Indústrias Transformadoras	0	0	0	-	0	0	-	
Informação e Comunicação	105.347	110.944	-5.597	-5%	112.693	-7.346	-7%	
Saúde	14.899	201	14.697	7.299%	138	14.761	10.695%	
Transportes e Armazenagem	18.396.107	13.186.827	5.209.280	40%	18.727.713	-331.606	-2%	
Total	31.542.383	25.047.661	6.494.722	26%	31.852.667	-310.284	-1%	

Fonte: SiRIEF

No que respeita à evolução face ao final de 2016, o maior acréscimo foi apresentado pelo setor das *Gestoras de Património*, com um aumento de aproximadamente 1,1 mil milhões de euros (20%). Note-se que este aparente aumento resulta apenas de uma alteração na contabilização de passivo já existente na PARUPS, S.A. (PARUPS). Por outro lado, o setor das *Empresas Financeiras* registou a maior diminuição do seu nível de Endividamento, em cerca de 941 milhões de euros.

O maior desvio de previsão face aos orçamentos das empresas verificou-se no setor dos *Transportes e Armazenagem*, cujo Endividamento foi superior ao objetivo expresso nos

²⁴ Entende-se por Dívida Remunerada a soma dos Financiamentos Obtidos Correntes e Não Correntes.



orçamentos das empresas em cerca de 5,2 mil milhões de euros, decorrente em grande parte do desvio de previsão registado pela IP, de cerca de 4,1 mil milhões de euros²⁵.

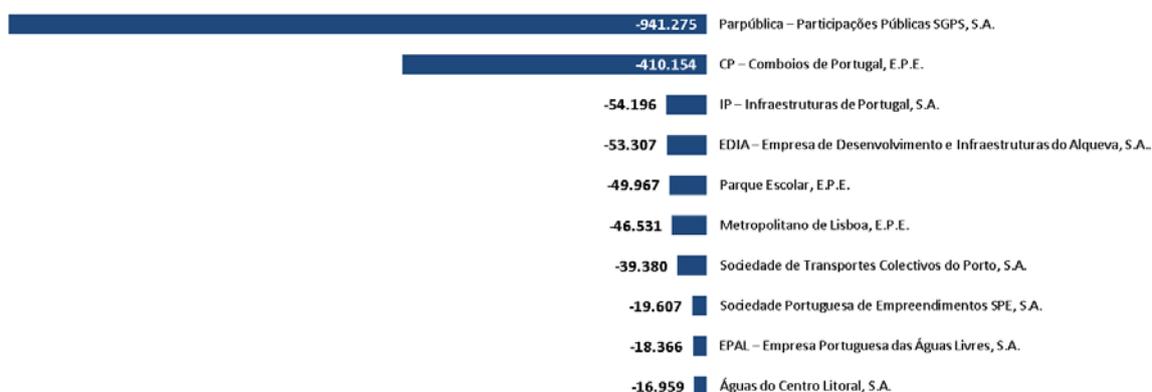
A figura que se segue ilustra as empresas públicas que mais contribuíram para a evolução descrita da Dívida Remunerada.

Figura 12 – Desempenho das empresas públicas: Evolução do Endividamento (2017 – 2016)

Unidade: Milhares de euros

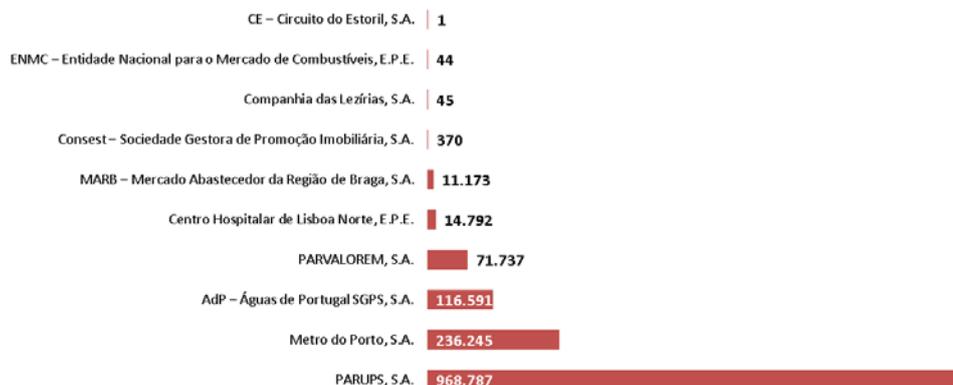
RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior decréscimo do Endividamento



RANKING DAS 10 EMPRESAS

com maior acréscimo do Endividamento.



Fonte: SiRIEF

O maior decréscimo de Endividamento, de cerca de 941 milhões de euros, foi registado pela Parpública devido, essencialmente, à amortização do empréstimo de obrigações permutáveis da GALP durante o terceiro trimestre de 2017. Note-se ainda a redução de endividamento da CP, na ordem dos 410 milhões de euros, na sequência da amortização de

²⁵ Este desvio decorre essencialmente do adiamento da conversão de créditos em capital, operação inicialmente prevista para o primeiro trimestre de 2017.



empréstimos do BEI e do Estado Português, com recurso à realização de um aumento do capital estatutário da empresa em cerca de 516 milhões de euros em 2017.

O maior aumento do endividamento em 2017, próximo de mil milhões de euros, foi registado pela PARUPS, que como referido acima, resulta apenas de uma alteração na contabilização de passivo já existente. A Metro do Porto apresentou um acréscimo de 236 milhões de euros, decorrente de operações de financiamento celebradas com a DGTF ao longo do ano. Note-se ainda o acréscimo de endividamento da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) e da PARVALOREM de 117 milhões de euros e 72 milhões de euros respetivamente.

A Dívida Remunerada por empresa pode ser consultada na Tabela 24 do Anexo B.

3.3.2. Estrutura Patrimonial

O Ativo e o Passivo das empresas públicas no final de 2017 eram de aproximadamente 63,5 e 58,5 mil milhões de euros, respetivamente, do que resultou um Capital Próprio positivo em cerca de 5,1 mil milhões de euros. Note-se que os valores mencionados representaram uma melhoria face a 31 de dezembro de 2016, com um aumento de 1.845 milhões de euros no Capital Próprio²⁶, tendo o Ativo aumentado 651 milhões de euros e o Passivo diminuído 1.193 milhões de euros. A tabela seguinte apresenta a estrutura patrimonial das empresas públicas agrupadas por setor de atividade. De salientar que o Capital Próprio passou a positivo desde 2016 e assim permaneceu em 2017.

Tabela 12 – Estrutura Patrimonial por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	Ativo		Passivo		Capital Próprio	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Administração Pública	2.638.384	2.682.012	1.766.149	1.803.872	872.235	878.140
Agricultura e Pescas	78.226	81.869	22.416	24.322	55.810	57.547
Atividades Administrativas	91.501	90.670	61.200	61.689	30.301	28.981
Construção	774.555	613.980	1.066.038	1.032.846	-291.483	-418.866
Cultura	62.957	58.413	14.921	15.682	48.036	42.731
Distribuição de Água	3.294.537	3.298.004	2.829.351	2.866.622	465.186	431.383
Empresas Financeiras	7.927.429	8.424.208	3.679.616	4.656.834	4.247.813	3.767.374
Empresas Imobiliárias	591.633	580.444	166.285	156.845	425.348	423.599
Gestoras de Património	3.836.501	3.949.393	7.081.049	7.028.736	-3.244.548	-3.079.343
Indústrias Transformadoras	130.772	132.797	43.822	36.495	86.950	96.301
Informação e Comunicação	362.693	356.441	372.556	377.709	-9.863	-21.268
Saúde	5.411.515	4.860.360	5.046.218	4.268.010	365.298	592.349
Transportes e Armazenagem	38.333.003	37.754.133	36.315.646	37.329.234	2.017.357	424.899
Total	63.533.708	62.882.722	58.465.267	59.658.895	5.068.440	3.223.827

Fonte: SÍRIEF

²⁶ Refira-se que para este acréscimo concorrem os aumentos de capital realizados ao longo do ano.

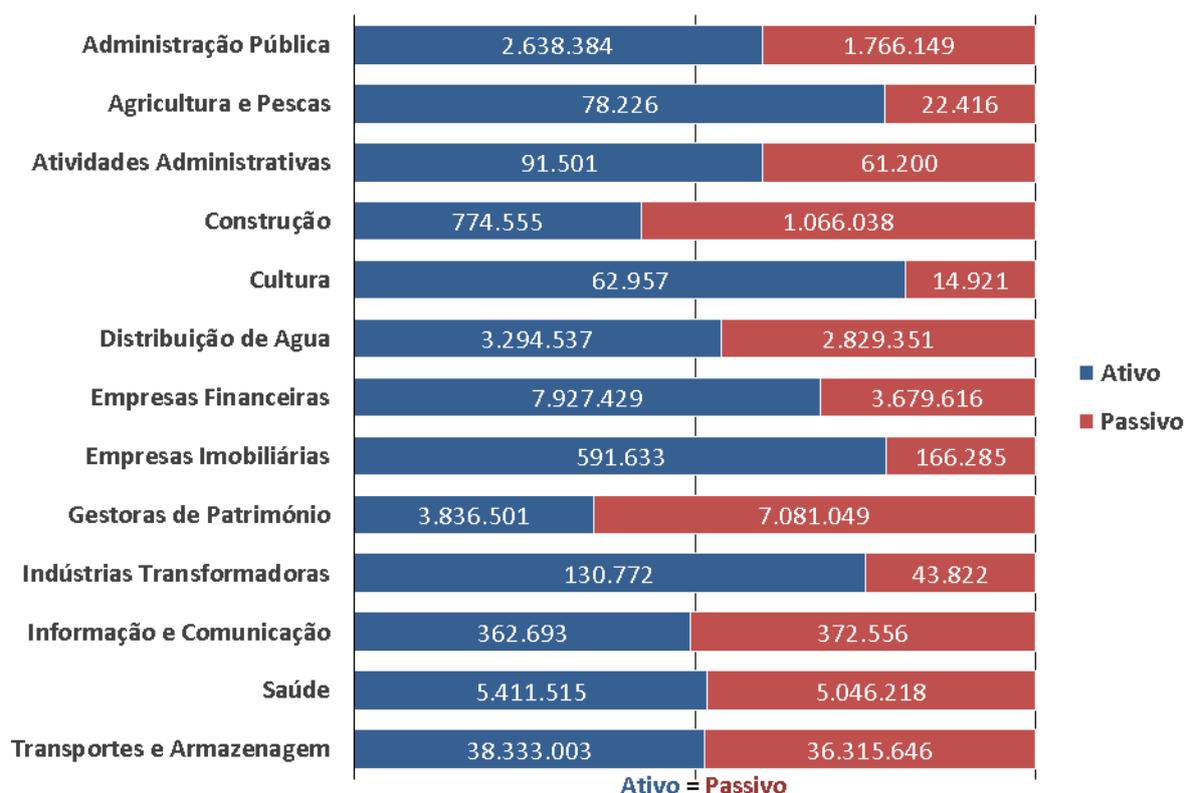
O maior contributo para o acréscimo do Ativo foi registado pelo setor dos *Transportes e Armazenagem* seguido da *Saúde*. Não obstante, enquanto o setor dos *Transportes e Armazenagem* registou o maior decréscimo de Passivo (pelo que o rácio de endividamento diminuiu) a *Saúde* registou o maior aumento de Passivo, levando a uma redução do Capital Próprio do setor.

Por outro lado, o setor das *Gestoras de Património* registou um decréscimo do Ativo de cerca de 112 milhões de euros, a qual foi acompanhada de um aumento do Passivo, pelo que o Capital Próprio apresentou também uma variação negativa, sendo o Capital Próprio negativo em 3.244 milhões de euros.

Na figura seguinte (Figura 13) é apresentada a estrutura patrimonial das empresas públicas agrupadas por setor de atividade. Em particular apresenta-se o Ativo e o Passivo, sendo o Capital Próprio positivo ou negativo consoante o Ativo supere ou não o Passivo, respetivamente, sendo que das empresas analisadas, 29 (24%) apresentaram Capitais Próprios negativos, número que aumentou face às 27 registadas a 2016²⁷.

Figura 13 – Estrutura Patrimonial por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros



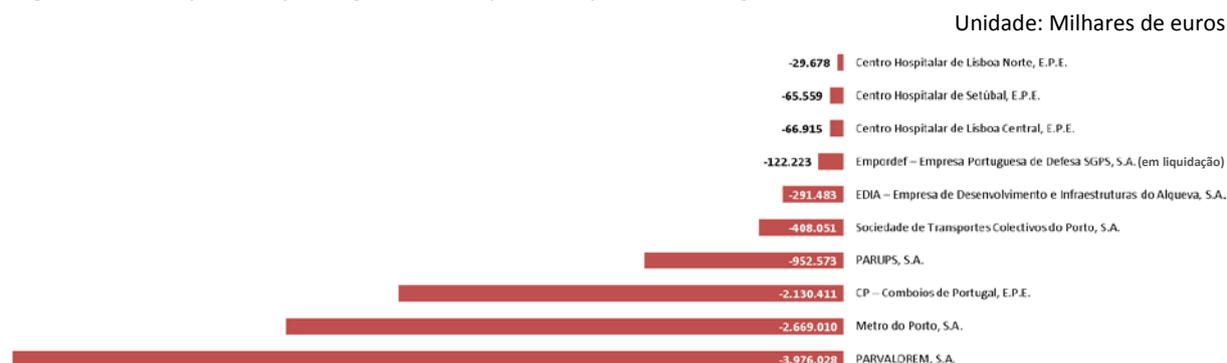
Fonte: SIRIEF

²⁷ Das 27 empresas com capitais próprios negativos em 2016, 24 reincidem em 2017.

Da figura acima resulta que 3 dos 13 setores analisados tinham um Capital Próprio negativo a 31 de dezembro de 2017, não existindo variação face a 2016²⁸. O setor das *Gestoras de Património* apresentou a situação patrimonial menos favorável, sendo o Ativo apenas 54,1% do Passivo, o que, ainda assim, representa uma melhoria de 12,6 p.p. face a 2016. Por outro lado, e da mesma forma que em 2016, o setor das *Empresas Imobiliárias* apresentou a situação patrimonial mais favorável com um rácio de autonomia financeira a totalizar 76,7%.

A figura seguinte apresenta as empresas que registam o Capital Próprio mais negativo.

Figura 14 – Empresas que registam o Capital Próprio mais negativo



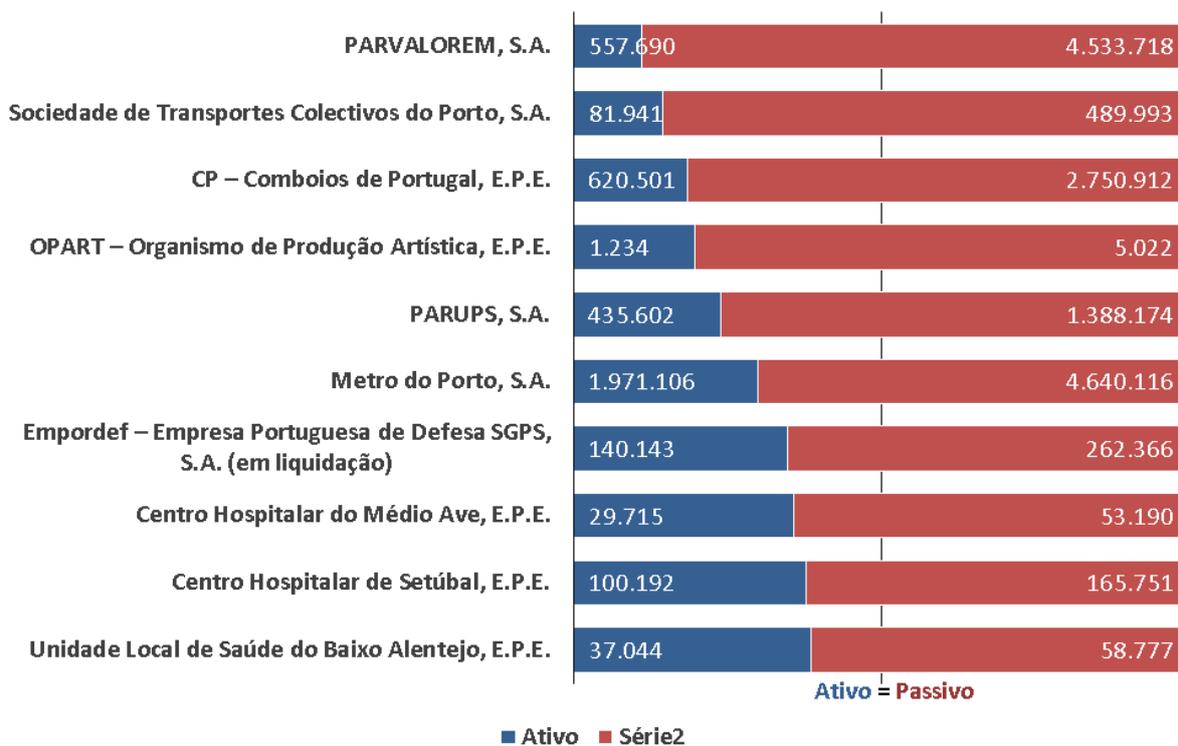
Tendo em conta que as diversas empresas analisadas operam em escalas diferentes, são apresentadas na Figura 15 as empresas que têm um maior Passivo em percentagem do Ativo, isto é, o menor Capital Próprio em percentagem do Ativo. Note-se no entanto que não existe correspondência direta entre o rácio e o valor absoluto do capital próprio²⁹.

²⁸ De salientar que na elaboração do Boletim Informativo relativo ao exercício de 2016 foi considerada para a análise efetuada a empresa Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris), a qual não foi considerada no presente Boletim, uma vez que esta deixou de pertencer à esfera do SEE no decorrer de 2017. Sendo que a Carris apresentava, a 31 de dezembro de 2016, um Capital Próprio negativo em cerca de 747 milhões de euros, estes tornavam, no Boletim de 2016, o Capital Próprio do setor dos Transportes e Armazenagens negativo. A saída desta empresa do conjunto em análise para o presente Boletim explica a aparente passagem para positivo dos Capitais Próprios do setor dos *Transportes e Armazenagens* em 2017 face ao valor apresentado no Boletim Informativo de 2016.

²⁹ Isto é, a empresa cujo rácio é o mais negativo pode não ser, e não é, a mesma cujo Capital Próprio é o mais negativo.

Figura 15 – Empresas que apresentam o menor Rácio de Autonomia Financeira

Unidade: Milhares de euros



Em ambas as análises é perceptível a predominância das empresas pertencentes ao setor dos *Transportes e Armazenagem*, das *Gestoras de Património* e da *Saúde*, sendo estes dois últimos dois dos três setores que no agregado, como constatado anteriormente, apresentam Capital Próprio negativo.

3.3.3. Investimento e Financiamento do SEE

Para a elaboração da presente secção tomou-se como base para o cálculo do investimento e financiamento do SEE a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa das empresas. Desta forma os valores apresentados podem diferir dos mencionados noutras secções, que refletem uma ótica de compromisso.

Em 2017 o valor global de despesas de investimento realizadas pelas empresas públicas ascendeu a cerca de 2.485 milhões de euros. Este montante traduziu um aumento de cerca de 111 milhões de euros (5%), face a 2016, e cerca de 3 milhões de euros acima do inicialmente previsto.

**Tabela 13 – Investimento direto do SEE**

Unidade: Milhares de euros

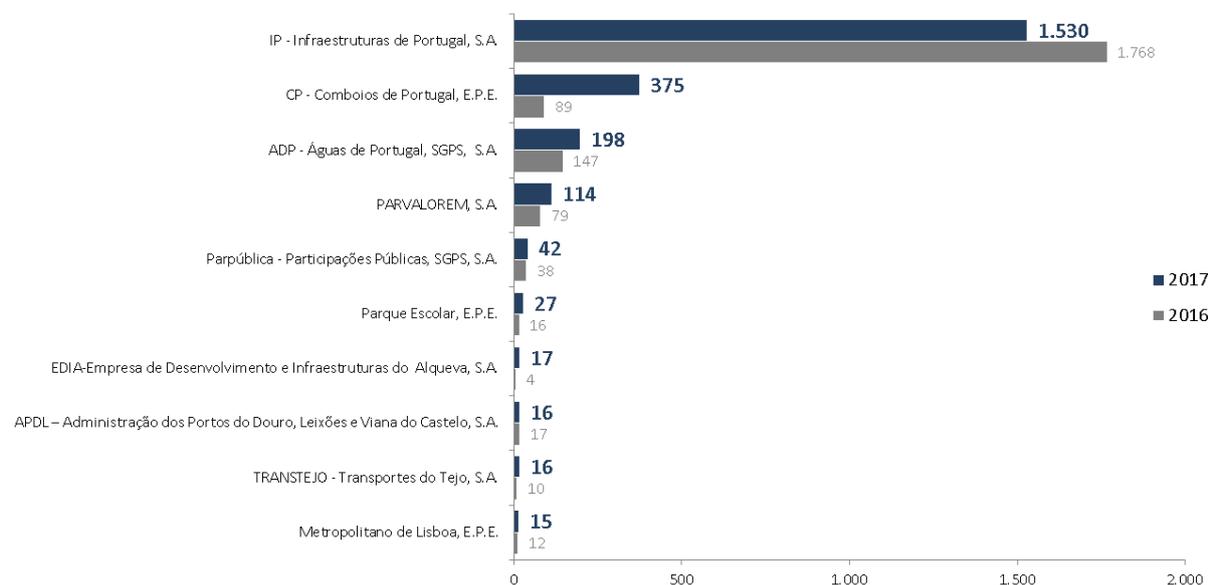
	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Investimento Total	2.485.584	2.482.193	3.390	0%	2.374.968	110.615	5%	
Ativos Fixos Tangíveis	276.527	728.550	-452.023	-62%	263.851	12.676	5%	
Ativos Fixos Intangíveis	1.487.402	1.640.817	-153.416	-9%	1.731.628	-244.227	-14%	
Investimentos Financeiros	522.379	51.893	470.486	907%	151.781	370.599	244%	
Outros Ativos	199.276	60.932	138.343	227%	227.708	-28.433	-12%	

Fonte: SiRIEF

O maior aumento de investimento verificou-se na rubrica Investimentos Financeiros, em cerca de 371 milhões de euros (244%) face a 2016. Sendo que a maior diminuição de investimento verificou-se na rubrica de Ativos Fixos Intangíveis (que tinha sofrido o maior aumento em 2016 face a 2015), de aproximadamente 244 milhões de euros (14%) face a 2016. Como se pode verificar através da Figura 16 abaixo, as 10 empresas que mais investiram asseguraram, tal como em 2016, cerca de 95% do total da despesa em investimentos efetuados pelas empresas públicas em 2017. Destaca-se a IP que representou 62% do total dessa despesa de investimento em 2016, uma redução dos 75% em 2017.

Figura 16 – Investimento das empresas públicas (em ativos tangíveis, intangíveis e financeiros)

Unidade: Milhões de euros



Fonte: SiRIEF

As necessidades de financiamento das empresas públicas, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a 5.126 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 882 milhões de euros (15%) face às necessidades geradas no exercício de 2016, continuando a tendência evidenciada em 2016 face a 2015. Contribuíram para essa variação



essencialmente a maior redução do endividamento³⁰ em 2015 e um menor montante de investimento em 2016.

Tabela 14 – Principais Necessidades de Financiamento das empresas públicas

Unidade: Milhares de euros

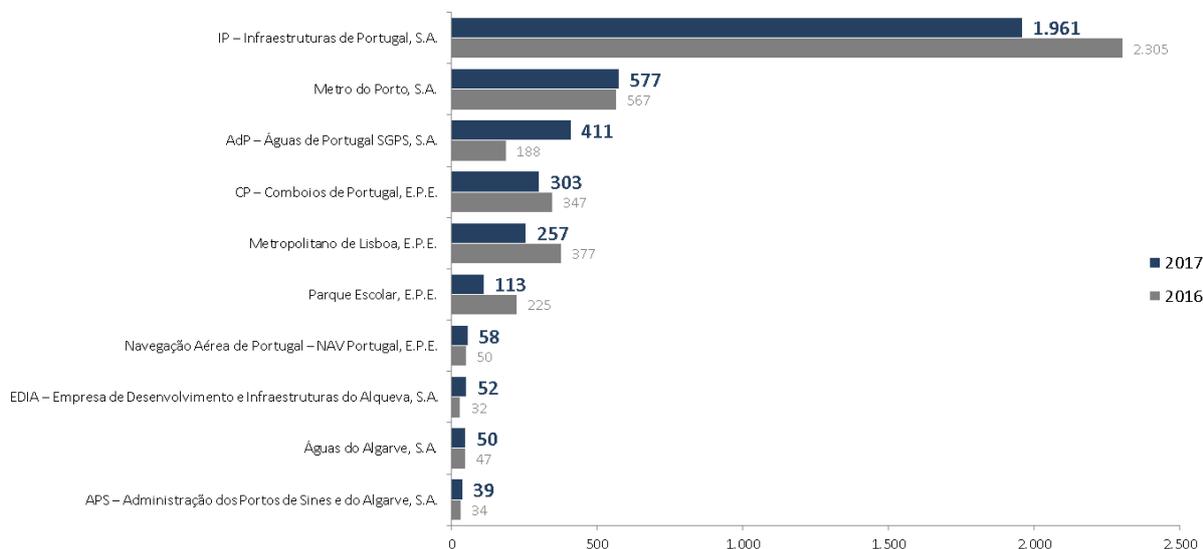
	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Necessidades de financiamento	5.125.995	11.019.702	-5.893.707	-53%	6.008.050	-882.055	-15%	
Défices operacionais antes de subsídios	374.429	586.617	-212.188	-36%	489.032	-114.603	-23%	
Investimento	2.485.584	2.482.193	3.390	0%	2.374.968	110.615	5%	
Dividendos, juros e outros encargos da dívida	890.824	1.002.151	-111.326	-11%	776.278	114.546	15%	
Redução do endividamento	1.196.291	5.685.248	-4.488.957	-79%	1.845.292	-649.001	-35%	
Acréscimo das disponibilidades	178.867	201.994	-23.127	-11%	541.945	-363.078	-67%	

Fonte: SiRIEF

À semelhança dos pagamentos relativos a investimentos, também as necessidades de financiamento se encontram bastante concentradas num pequeno número de empresas. Como se pode verificar através da figura abaixo, 10 empresas representavam cerca de 75% das necessidades de financiamento globais das empresas públicas em 2017 (uma redução dos 86% a 31 de dezembro de 2016).

Figura 17 – Principais Necessidades de Financiamento das empresas públicas

Unidade: Milhões de euros



Fonte: SiRIEF

³⁰ Note-se que a necessidade de financiamento decorrente da obrigação de amortizar um determinado financiamento remunerado pode eventualmente ser suprida através de recurso a novo financiamento remunerado.



4. CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO PARA 2017

Nesta secção verifica-se se os resultados obtidos pelas empresas no exercício de 2017 refletem o cumprimento dos objetivos de gestão definidos para o ano em questão, assim como uma atuação em conformidade com o orçamento realizado em sede de Plano de Atividades e Orçamento (PAO). Os objetivos de gestão definidos para 2017, apresentados na tabela seguinte, têm por base as instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão. Note-se que o número de empresas avaliadas em cada objetivo difere, uma vez que cada empresa está sujeita a diferentes objetivos de gestão, consoante os seus resultados em 2016.

Tabela 15 – Instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão

	Indicador	Objetivo
(1)	Endividamento	A variação da Dívida Remunerada corrigida pelo Capital Social realizado deve ser inferior a 3%.
(2)	EBITDA	As empresas com EBITDA negativo em 2016 devem apresentar um EBITDA nulo ou positivo.
		As empresas com EBITDA positivo em 2016 devem apresentar um EBITDA superior ao de 2016.
(3)	Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios	O peso dos Gastos Operacionais das empresas face ao respetivo Volume de Negócios deve ser reduzido face ao rácio apresentado em 2016.
(4)	Prazo Médio de Pagamentos	Para empresas com PMP superior ou igual a 45 dias em 2016: Redução do PMP superior a 25% do valor em 2016 (cumprimento excecional) ou entre 15% e 25% (cumprimento).
		Para empresas com PMP inferior a 45 dias em 2016: Redução do PMP para um valor inferior a 30 dias (cumprimento excecional) ou entre 30 e 40 dias (cumprimento).

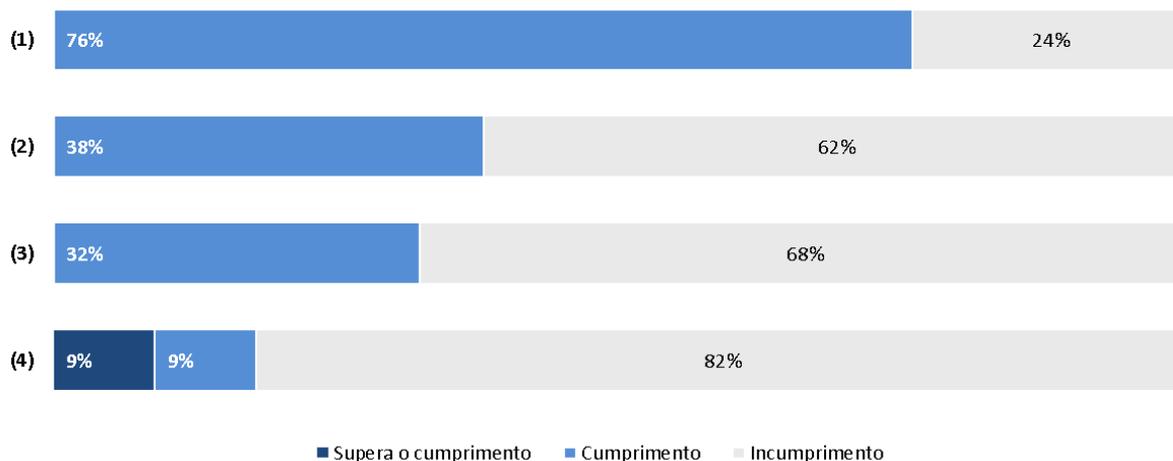
É seguidamente apresentada a tabela com o número de empresas que cumpriram os objetivos supramencionados.

Tabela 16 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão de 2017

		(1)	(2)	(3)	(4)
Nº de empresas	Superaram	-	-	-	30
	Cumpriram	28	36	20	5
	Não Cumpriram	9	59	42	46
Taxa	Cumprimento	76%	38%	32%	43%
	Incumprimento	24%	62%	68%	57%

Figura 18 – Grau de cumprimento dos objetivos de gestão definidos para 2017**OBJETIVOS DE GESTÃO**

e respetivas percentagens de cumprimento das empresas.



O objetivo referente à evolução do endividamento das empresas, considerando, para o cálculo da variação da Dívida Remunerada, a correção desta pelo capital social realizado, traduziu-se na maior taxa de cumprimento, de 76%.

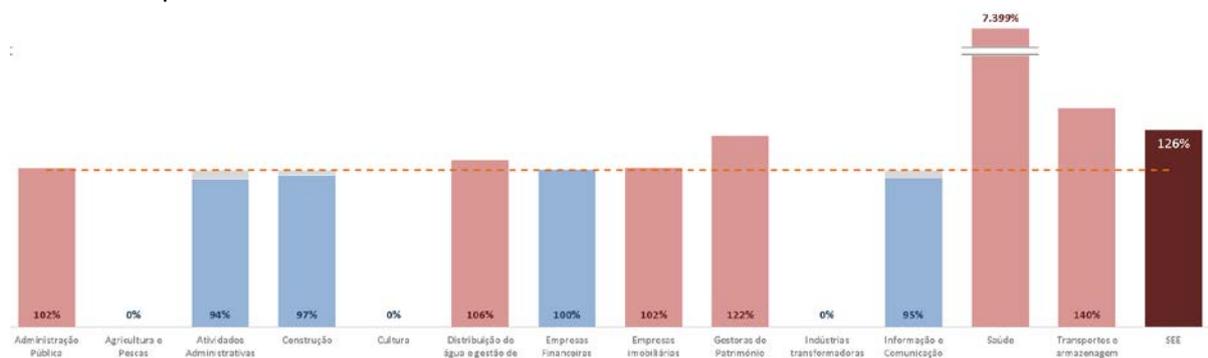
Constata-se que o maior grau de incumprimento ocorreu no objetivo (3), referente ao peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios. Este objetivo apenas diz respeito às empresas com EBITDA positivo; para o total das empresas públicas, assistiu-se a um aumento deste rácio em 2 p.p..

O objetivo de aumento do EBITDA apresentou também uma reduzida taxa de cumprimento, de 38%. Acresce que o total das empresas consideradas apresentou um decréscimo do indicador em causa.

Por fim, no que diz respeito ao objetivo referente aos PMP verificou-se uma taxa de cumprimento de 43%. Saliente-se ainda que das 35 empresas que cumpriram o referido objetivo, 30 apresentaram uma redução do PMP particularmente acentuada, que de acordo com a legislação aplicável configura não só o cumprimento do objetivo como também a “*superação*” do mesmo.

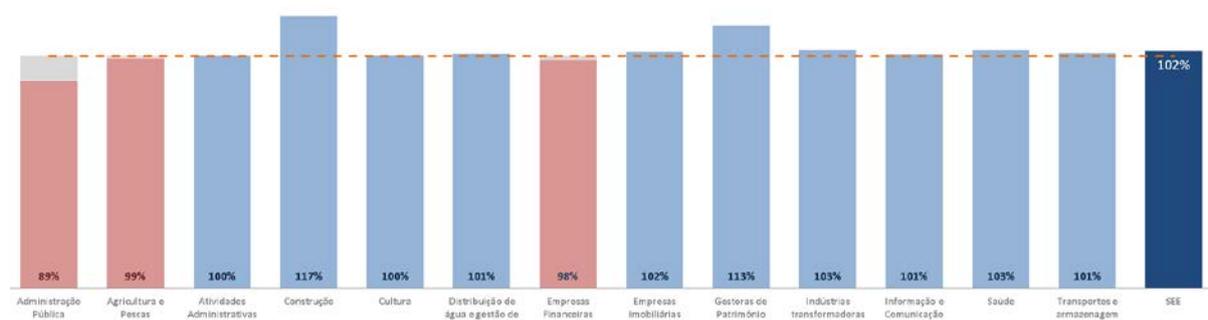
De forma a ilustrar a atuação em conformidade com o estabelecido nos orçamentos previsionais para 2017 apresentam-se de seguida as Figuras 19, 20 e 21.

Figura 19 – Dívida Remunerada em percentagem do previsto no orçamento das empresas para 2017 por setor de atividade



É possível constatar que a maioria dos setores de atividade registou em 2017 uma Dívida Remunerada inferior ou de acordo com o previsto nos orçamentos das empresas para o mesmo ano. No que respeita ao setor dos *Transportes e Armazenagem* o desvio apresentado decorreu do desvio evidenciado pela IP resultante da orçamentação de um aumento de capital de 3.890 milhões de euros em 2017³¹, dos quais apenas 516 milhões de euros foram realizados. Também o setor das *Gestoras de Património* apresentou um nível de Dívida Remunerada superior ao previsto em cerca de 22%, devido quase na totalidade ao desvio de previsão da PARUPS, como já referido na secção 3.3.1.. De salientar que o setor das *Indústrias Transformadoras* não recorreu a Dívida Remunerada como fonte de financiamento. Adicionalmente, os setores da *Agricultura e Pescas* e da *Cultura* não tinha previsto, para 2017, aumentar a sua dívida remunerada tendo-o feito, respetivamente, em 45 mil euros e 937 mil euros. Desta forma, o cálculo da variação percentual não faz sentido, visto o ponto de partida (a previsão para 2017) ser nulo.

Figura 20 – Volume de Negócios em percentagem do previsto no orçamento das empresas para 2016 por setor de atividade

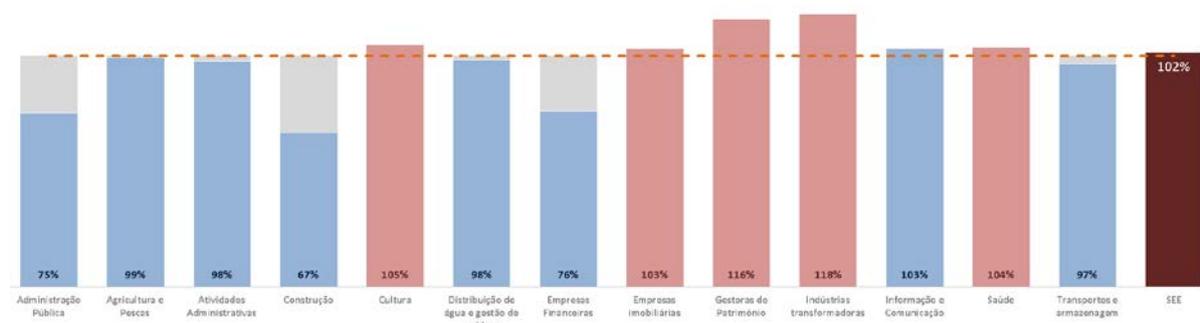


No que diz respeito ao Volume de Negócios note-se que a maioria dos setores de atividade registou em 2017 um valor superior ao previsto nos orçamentos das empresas para a rubrica em causa. Destacam-se os setores da *Construção* e das *Gestoras de Património* com um Volume de Negócios superior ao previsto nos orçamentos em aproximadamente 17% e 13%,

³¹ Aumento de capital que serviu para conversão de créditos.

respetivamente. No caso do setor da *Construção*, representado exclusivamente pela EDIA, o desvio resulta essencialmente do montante das vendas de energia emitida para a rede.

Figura 21 – Gastos Operacionais em percentagem do previsto no orçamento das empresas para 2016 por setor de atividade



Relativamente aos Gastos Operacionais, é possível constatar que 8 dos 13 setores cumpriu ou ficou abaixo do montante de Gastos Operacionais orçamentado, sendo o valor de execução mais elevado o do setor das *Indústrias Transformadoras*, representada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A., de cerca de 18%.



5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Com a entrada em vigor do Regime do Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP) assumiu a competência para a gestão dos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro (IGRF) contratados pelas Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), ficando os IGRF das restantes empresas públicas sujeitos a parecer prévio e vinculativo da IGCP.

Considerando que as EPR estão impedidas de obter financiamento em mercado³², não se prevê que sejam contratados novos IGRF por estas empresas.

No final de 2017 permaneciam 27 IGRF nas carteiras de 7 empresas públicas, repartidas por três setores de atividade, com um valor contratual agregado de 1.344 milhões de euros e um valor de mercado negativo próximo de -1.261 milhões de euros.

Durante o exercício de 2017 foram terminados, ou atingiram a maturidade, 5 IGRF: i) no primeiro trimestre foi cancelado um IGRF da Carris, e um IGRF da Transtejo – Transportes do Tejo, S.A. (Transtejo) atingiu a maturidade; ii) no terceiro trimestre ocorreu o vencimento das obrigações convertíveis em ações da GALP Energia, SGPS, S.A. detidas pela Parpública; e iii) no quarto trimestre foi terminado um IGRF, da AdP, através do exercício de uma *optional break clause* pela contraparte e, adicionalmente, um IGRF da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Metropolitano de Lisboa), com um valor contratual de 1,5 milhões de euros, atingiu a maturidade em dezembro.

A tabela seguinte apresenta a informação do valor contratual e valor de mercado, por empresa, para esses 27 instrumentos nas carteiras de sete empresas públicas no final de 2017.

³² Com exceção das EPR em regime concorrencial, de acordo com o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

**Tabela 17** – Valor dos IGRF por setor de atividade

Unidade: milhares de euros, reportados a 31.12.2017

Empresa	N.º Operações	Valor Contratual	MtM ³³
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. ³⁴	1	4.300	-394
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. ³⁵	1	5.000	-5.393
Metro do Porto, S.A.	4	200.540	-445.867
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	16	674.033	-540.133
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	1	25.000	-97.725
Subtotal Transportes e Armazenagem	23	908.872	-1.089.513
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1	20.000	-3.771
Subtotal Gestoras de Património	1	20.000	-3.771
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	3	415.240	-167.313
Subtotal Empresas Financeiras	3	415.240	-167.313
Total Geral	27	1.344.113	-1.260.597

Fonte: IGCP

O valor de mercado da carteira dos IGRF aumentou cerca de 71 milhões de euros no último trimestre de 2017. Este valor é explicado pelo pagamento de *cash flows* equivalentes a cerca de 80 milhões de euros e por um resultado líquido desfavorável em torno de 9,5 milhões de euros.

A tabela que se segue apresenta a variação do valor de mercado dos IGRF agregados por empresa, no período considerado.

O resultado negativo deve-se principalmente ao agravamento do resultado das operações do tipo *receiver swaptions* sobre a taxa *swap* a 30 anos do Metropolitano de Lisboa, com um resultado negativo em cerca de 6,1 milhões de euros, e dos *swaps* de cobertura de taxa de juro de longo prazo da Parpública, que geraram um resultado negativo de 6,5 milhões de euros. O agravamento destas posições é justificado pela redução das taxas *swap* do euro no longo prazo, conforme pode ser observado na figura que se segue.

³³ De acordo com a valorização das contrapartes sempre que disponível, caso contrário é apresentada a valorização da IGCP.

³⁴ Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

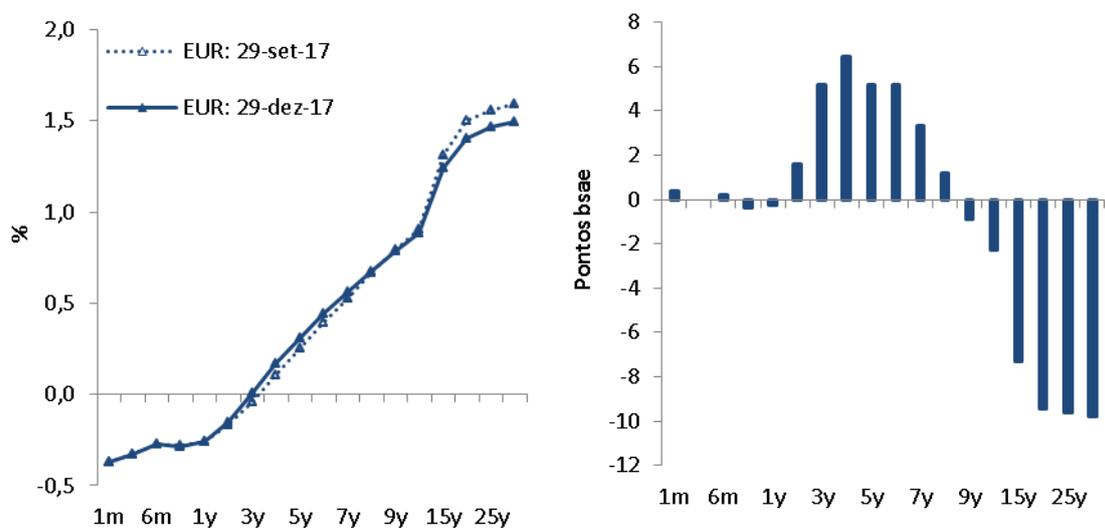
³⁵ Através do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, o Estado assumiu as responsabilidades decorrentes de contratos de derivados financeiros assinados pela Carris até 30 de dezembro de 2016, pelo que o IGRF vivo da empresa permanece no perímetro do SEE.

**Tabela 18** – Variação do valor dos IGRF (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros

Empresa	MtM T4 2017 ³¹	MtM T3 2017 ³¹	Cash Flow	Variação ³⁶
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.	-394	-577	-190	-8
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-5.393	-6.940	-1.596	-49
Metro do Porto, S.A.	-445.867	-466.361	-18.979	1.514
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-540.133	-566.054	-30.097	-4.176
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-97.725	-105.973	-7.729	518
Subtotal Transportes e Armazenagem	-1.089.513	-1.145.904	-58.592	-2.201
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	-3.771	-14.124	-11.116	-763
Subtotal Gestoras de Património	-3.771	-14.124	-11.116	-763
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-167.313	-171.196	-10.421	-6.538
Subtotal Empresas Financeiras	-167.313	-171.196	-10.421	-6.538
Total Geral	-1.260.597	-1.331.223	-80.128	-9.502

Fonte: IGCP

Figura 22 – Curvas *swap* EUR e USD (esquerda) e evolução de volatilidade implícita em *swaption* 5y5y ATM (direita), ambos em percentagem

Fonte: IGCP

Fonte: Bloomberg

³⁶ A variação é obtida através da soma da variação do MtM durante o último trimestre de 2017 e dos *Cash Flows* do mesmo período.



A análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, apresentada na tabela seguinte, revela que uma variação positiva de 1 p.p. nas curvas de rendimentos do euro e do dólar norte-americano (curvas *swap*) teria um impacto favorável de cerca de 239 milhões de euros no valor da carteira dos IGRF (-10,2% quando comparado com o trimestre anterior). Por sua vez, uma variação negativa de 1 p.p. provocaria um agravamento de 322 milhões de euros³⁷ (-22,1% quando comparado com o trimestre anterior).

Tabela 19 – Análise de sensibilidade à variação das taxas de juro (excluindo IGRF em processo de contencioso)

Unidade: milhares de euros, reportados a 31.12.2017

Empresa	Taxas de juro	
	$\Delta +1$ p.p.	$\Delta -1$ p.p.
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1.059	-1.124
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	57	-58
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	382	-388
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	99.847	-165.017
Metro do Porto, S.A.	67.600	-73.947
Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	55.112	-65.071
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	14.883	-16.035
Total	238.940	-321.640

Fonte: IGCP

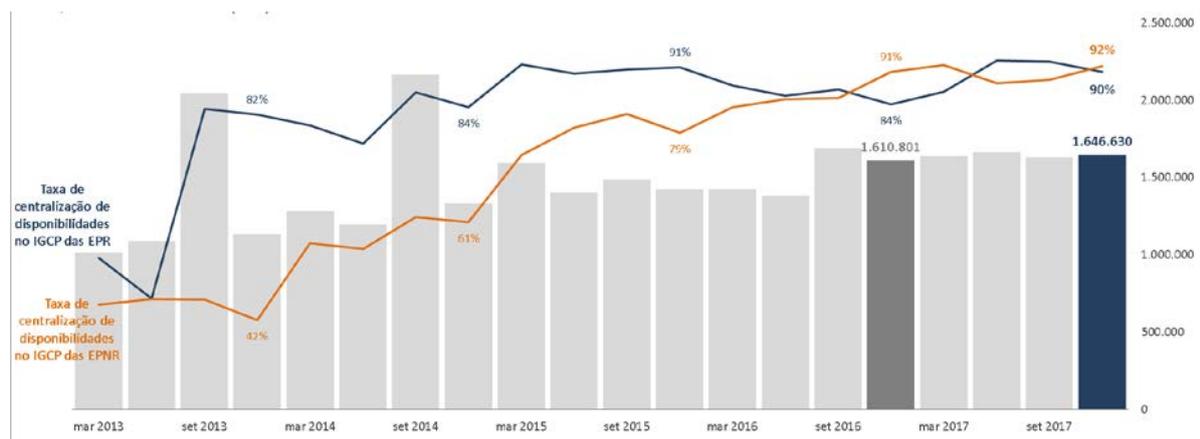
³⁷ Tal como tem vindo a ser referido nos relatórios anteriores, a persistência de valores muito baixos e até negativos na curva de rendimentos do euro justifica que não se imponha um limite inferior de 0% nas taxas de juro. No entanto, alguns dos modelos utilizados para calcular o MtM destas operações não permitem taxas negativas, pelo que nestes casos a sensibilidade às taxas de juro foi calculada com recurso a modelos diferentes dos usados para calcular o valor de mercado.

6. UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 determinou a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (S.A.) ou Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da IGCP. Esta orientação foi concretizada no final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Salienta-se o facto de as E.P.E. estarem obrigadas ao cumprimento do princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005. Com a entrada em vigor do RJSPE as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do princípio da UTE e à divulgação de informação adicional junto da DGTF.

A figura seguinte apresenta o total de disponibilidades e aplicações financeiras das empresas públicas³⁸ junto da IGCP desde março de 2013, ano em que entrou em vigor o RJSPE.

Figura 23 – Centralização de disponibilidades por natureza de empresa



Fonte: SiRIEF

No final do exercício de 2017, as EPR apresentaram uma taxa de centralização de 90%, tendo aumentado face aos 84% registados no quarto trimestre de 2016. Por seu lado, as EPNR registaram uma taxa de centralização na ordem dos 92%, 1 ponto percentual superior ao valor já verificado no período homólogo.

A nível setorial, o setor dos *Transportes e Armazenagem* assume novamente lugar cimeiro em termos de peso do valor centralizado, tendo este aumentado de 37,34% para 41,66% das disponibilidades centralizadas na IGCP em dezembro de 2017 (Tabela 21). Note-se que as empresas dos setores das *Gestoras de Património*, da *Saúde* e dos *Transportes e*

³⁸ Não se incluem nesta secção as empresas que, na sequência de operações de privatização ou de fusão, extinção de atividade, entre outros, deixaram de estar obrigadas a divulgar informação sobre as suas disponibilidades financeiras à DGTF.



Armazenagem representaram 73,8% dos fundos centralizados na IGCP por parte das empresas públicas, uma queda de 2,2 p.p. face ao período homólogo.

Tabela 20 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Unidade: milhares de euros

Setor	T4 2014	T4 2015	T4 2016	T1 2017	T2 2017	T3 2017	T4 2017
Administração Pública	171.586	91.861	91.861	91.861	91.861	91.861	134.786
Agricultura e Pescas	4.602	4.149	4.149	4.149	4.149	4.149	10.441
Atividades Administrativas	0	0	0	0	0	0	4.927
Comércio	0	0	0	0	0	0	0
Construção	34.932	10.675	10.675	10.675	10.675	10.675	29.511
Cultura	5.544	6.434	6.434	6.434	6.434	6.434	22.373
Distribuição de Água	0	0	0	0	0	0	41
Empresas Financeiras	22.742	65.013	65.013	65.013	65.013	65.013	126.669
Empresas Imobiliárias	48.701	73.925	73.925	73.925	73.925	73.925	49.068
Gestoras de Património	361.764	306.801	306.801	306.801	306.801	306.801	333.322
Indústrias Transformadoras	31.073	41.065	41.065	41.065	41.065	41.065	46.562
Informação e Comunicação	53	42	42	42	42	42	7.084
Saúde	434.161	177.717	177.717	177.717	177.717	177.717	195.780
Transportes e Armazenagem	219.415	650.036	650.036	650.036	650.036	650.036	686.067
Total	1.334.573	1.427.716	1.610.801	1.640.357	1.665.734	1.633.855	1.646.630

Fonte: SiRIEF

Tabela 21 – Percentagem do total dos Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade

Setor	T4 2014	T4 2015	T4 2016	T1 2017	T2 2017	T3 2017	T4 2017
Administração Pública	12,86%	6,43%	7,66%	10,27%	8,89%	11,30%	8,19%
Agricultura e Pescas	0,34%	0,29%	0,71%	0,87%	0,69%	0,86%	0,63%
Atividades Administrativas	0,00%	0,00%	0,32%	0,42%	0,38%	0,51%	0,30%
Comércio	0,00%	0,00%	0,37%	0,09%	0,13%	0,00%	0,00%
Construção	2,62%	0,75%	0,65%	0,51%	0,83%	0,77%	1,79%
Cultura	0,42%	0,45%	0,68%	0,70%	0,93%	1,06%	1,36%
Distribuição de Água	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%
Empresas Financeiras	1,70%	4,55%	8,63%	3,12%	14,52%	8,32%	7,69%
Empresas Imobiliárias	3,65%	5,18%	2,90%	1,85%	1,80%	1,31%	2,98%
Gestoras de Património	27,11%	21,49%	28,08%	25,30%	18,65%	23,84%	20,24%
Indústrias Transformadoras	2,33%	2,88%	3,17%	2,73%	1,57%	1,22%	2,83%
Informação e Comunicação	0,00%	0,00%	0,17%	0,18%	0,16%	0,15%	0,43%
Saúde	32,53%	12,45%	9,33%	11,91%	11,37%	11,05%	11,89%
Transportes e Armazenagem	16,44%	45,53%	37,34%	42,02%	40,07%	39,59%	41,66%

Fonte: SiRIEF

Destaca-se ainda o aumento da taxa de centralização de fundos das empresas pertencentes aos setores da *Cultura* e da *Informação e Comunicação*, de 72% e 17% no final de 2016 para 99% e 79%, respetivamente, no final de 2017. De notar que os setor das *Empresas*



Financeiras, das Indústrias Transformadoras e da Saúde apresentavam, a 31 de dezembro de 2016, uma taxa de centralização superior à apresentada a dezembro de 2017.

Tabela 22 – Fundos centralizados na IGCP por setor de atividade (percentagens)

Setor	T4 2014	T4 2015	T4 2016	T1 2017	T2 2017	T3 2017	T4 2017
Administração Pública	99%	99%	99%	100%	100%	100%	100%
Agricultura e Pescas	59%	73%	81%	86%	78%	86%	90%
Atividades Administrativas	-	-	93%	94%	95%	96%	97%
Comércio	-	0%	88%	41%	100%	-	-
Construção	92%	77%	93%	87%	96%	94%	97%
Cultura	68%	65%	72%	86%	95%	79%	99%
Distribuição de Água e Gestão de Resíduos	0%	0%	0%	100%	100%	100%	100%
Empresas Financeiras	40%	77%	88%	73%	93%	88%	81%
Empresas Imobiliárias	92%	92%	96%	93%	93%	85%	97%
Gestoras de Património	59%	82%	78%	81%	94%	94%	94%
Indústrias Transformadoras	92%	98%	99%	99%	97%	94%	97%
Informação e Comunicação	2%	1%	17%	42%	54%	39%	79%
Saúde	98%	98%	97%	96%	97%	97%	92%
Transportes e Armazenagem	75%	89%	88%	90%	87%	88%	88%
SEE	77%	88%	86%	88%	92%	92%	91%

Fonte: SiRIEF



ANEXOS

A. EMPRESAS CONSIDERADAS

Administração Pública

- ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. *
- Parque Escolar, E.P.E. *
- SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. *

Agricultura e Pescas

- Companhia das Lezírias, S.A.
- Docapesca – Portos e Lotas, S.A.

Atividades Administrativas

- Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A. *

Construção

- EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. *

Cultura

- CE – Circuito do Estoril, S.A.
- OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. *
- Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.
- Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E. *
- Teatro Nacional de S. João, E.P.E. *

Distribuição de Água e Gestão de Resíduos

- Águas da Região de Aveiro, S.A.
- Águas do Algarve, S.A.
- Águas do Centro Litoral, S.A.
- Águas do Douro e Paiva, S.A.
- Águas do Norte, S.A.
- ECODETRA – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.
- Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S.A.

Empresas Financeiras

- Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A. †
- FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A. *
- Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
- Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.
- Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.
- Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Empresas Imobiliárias

- AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.
- Baía do Tejo, S.A.
- Consest – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A. *
- Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A.
- MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.
- MARÉ – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.
- MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.
- MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.

Gestoras de Património

- AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.
- AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.
- AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
- EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.
- EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
- PARUPS, S.A. *
- PARVALOREM, S.A. *
- Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A. †
- SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.
- Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A. *

Indústrias Transformadoras

- Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.

Informação e Comunicação

- Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.
- RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. *

**Saúde**

Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E. *

Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E. *

Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E. *

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. *

Centro Hospitalar São João, E.P.E. *

Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E. *

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E. *

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E. *

Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E. *

Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E. *

Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E. *

Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. *

Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E. *

Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E. *

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E. *

Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.*

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E. *

Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E. *

Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E. *

Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E. *

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. *

Hospital Distrital de Santarém, E.P.E. *

Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E. *

Hospital Garcia da Orta, E.P.E. *

Hospital Santa Maria Maior, E.P.E. *

IPO – Coimbra, E.P.E. *

IPO – Lisboa, E.P.E. *

IPO – Porto, E.P.E. *

Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. *

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. *

Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E. *

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. *

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E. *

Unidade Local de Saúde do Nordeste,, E.P.E. *

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E. *

* Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

† Empresas Públicas em Liquidação

Transportes e Armazenagem

APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.

APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

CP – Comboios de Portugal, E.P.E. *

IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. *

Metro do Mondego, S.A. *

Metro do Porto, S.A. *

Metropolitano de Lisboa, E.P.E. *

MOBI.E, S.A. †

Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.

SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A. †

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

**B. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA****Tabela 23 – Resultado Líquido por empresa**

Unidade: Milhares de euros

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Administração Pública	24.174	27.146	-2.972	-11%	109.841	-85.667	-78%
ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	5.460	-618	6.078	983%	84.600	-79.140	-94%
Parque Escolar, E.P.E.	20.483	27.436	-6.952	-25%	24.890	-4.406	-18%
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	-1.769	328	-2.098	-639%	351	-2.120	-604%
Agricultura e Pescas	4.782	3.728	1.054	28%	4.182	600	14%
Companhia das Lezírias, S.A.	3.248	1.822	1.426	78%	2.111	1.136	54%
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	1.534	1.906	-372	-20%	2.070	-536	-26%
Atividades Administrativas	790	-26	815	3.172%	-1.204	1.994	166%
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	790	-26	815	3.172%	-1.204	1.994	166%
Construção	-2.598	-28.451	25.853	91%	-14.076	11.479	82%
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	-2.598	-28.451	25.853	91%	-14.076	11.479	82%
Cultura	6.892	6.604	288	4%	6.497	395	6%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	338	334	5	1%	508	-170	-33%
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	275	-94	369	392%	-1.268	1.543	122%
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	5.955	6.353	-397	-6%	6.982	-1.026	-15%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	259	-35	294	850%	233	27	11%
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	65	47	18	38%	43	21	50%
Distribuição de Água	23.599	31.200	-7.601	-24%	24.616	-1.017	-4%
Águas da Região de Aveiro, S.A.	1.095	1.161	-67	-6%	1.075	20	2%
Águas do Algarve, S.A.	7.306	7.633	-327	-4%	6.811	496	7%
Águas do Centro Litoral, S.A.	3.899	4.123	-224	-5%	3.970	-71	-2%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	1.437	1.565	-128	-8%	0	1.437	-
Águas do Norte, S.A.	8.432	15.173	-6.741	-44%	13.024	-4.592	-35%
ECODETRA – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	-20	-16	-3	-18%	-264	244	93%
Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S.A.	1.450	1.562	-112	-7%	0	1.450	-
Empresas Financeiras	137.448	-92.972	230.420	248%	48.739	88.709	182%
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	10.310	-1.489	11.799	792%	-43.006	53.316	124%
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-268	44	-312	-712%	-22	-246	1.142%
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	375	348	27	8%	416	-41	-10%
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	136	76	59	78%	187	-51	-27%
Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.	125.448	-91.537	216.985	237%	94.276	31.172	33%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.447	-413	1.860	450%	-3.112	4.559	146%

**Tabela 23 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

Empresas Imobiliárias	6.326	16.667	-10.341	-62%	-10.321	16.647	161%
AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.	2.192	1.845	347	19%	2.057	135	7%
Baía do Tejo, S.A.	1.360	41	1.319	3.183%	438	922	211%
Consest – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-2.422	-845	-1.576	-186%	-32.676	30.255	93%
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cingético, S.A.	91	88	3	4%	3.435	-3.344	-97%
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	315	141	174	123%	613	-298	-49%
MARÉ – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	130	198	-68	-34%	1.207	-1.077	-89%
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	315	355	-39	-11%	2.457	-2.142	-87%
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	4.343	14.844	-10.501	-71%	12.148	-7.805	-64%
Gestoras de Património	-23.633	-84.566	60.933	72%	-51.202	27.569	54%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	775	856	-81	-9%	1.089	-314	-29%
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	62.940	52.026	10.914	21%	37.758	25.182	67%
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	5.691	414	5.276	1.273%	2.199	3.492	159%
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.	405	217	188	86%	177	229	129%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	50.072	47.461	2.611	6%	49.722	349	1%
PARUPS, S.A.	-23.157	-30.516	7.360	24%	-54.348	31.191	57%
PARVALOREM, S.A.	-123.731	-154.880	31.149	20%	-190.390	66.659	35%
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	0	0	0		0	0	
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	4.077	4.158	-80	-2%	14.811	-10.734	-72%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-705	-4.301	3.597	84%	87.780	-88.484	-101%
Indústrias Transformadoras	15.081	20.948	-5.867	-28%	20.040	-4.960	-25%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	15.081	20.948	-5.867	-28%	20.040	-4.960	-25%
Informação e Comunicação	851	5.386	-4.536	-84%	3.775	-2.925	-77%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	721	812	-91	-11%	2.135	-1.414	-66%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	130	4.574	-4.444	-97%	1.641	-1.511	-92%



Tabela 23 – Resultado Líquido por empresa (continuação)

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Saúde	-385.980	-288.969	-97.011	-34%	-174.104	211.877	-122%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-3.994	-12.965	8.972	69%	1.547	-5.541	-358%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	-5.223	-3.788	-1.435	-38%	-2.218	-3.005	-135%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-27.129	-40.031	12.903	32%	-11.158	-15.970	-143%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-13.378	-8.831	-4.547	-51%	2.157	-15.535	-720%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-29.515	-23.697	-5.818	-25%	-4.023	-25.492	-634%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-8.114	-20.468	12.354	60%	-18.613	10.499	56%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-12.023	-12.639	616	5%	-10.813	-1.210	-11%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-36.981	-24.466	-12.515	-51%	-21.824	-15.157	-69%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	-16.967	-7.716	-9.251	-120%	-4.773	-12.194	-255%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-7.955	-3.439	-4.516	-131%	-6.526	-1.428	-22%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-14.593	-16.134	1.540	10%	1.618	-16.212	-1.002%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-40.754	-17.448	-23.306	-134%	-14.176	-26.578	-187%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-12.641	-3.279	-9.362	-285%	-8.372	-4.269	-51%
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-14.429	-2.928	-11.501	-393%	-6.665	-7.764	-116%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	2.053	570	1.483	260%	1.311	743	57%
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-4.132	-851	-3.281	-386%	-4.692	560	12%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-15.013	-2.285	-12.728	-557%	-6.898	-8.115	-118%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	-13.106	-4.411	-8.695	-197%	-6.123	-6.983	-114%
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	-15.733	-15.996	263	2%	-14.712	-1.021	-7%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	138	428	-290	-68%	961	-823	-86%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	-1.502	-804	-698	-87%	203	-1.705	-840%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-6.763	-6.175	-588	-10%	-1.202	-5.562	-463%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-13.783	-5.734	-8.049	-140%	-6.775	-7.008	-103%
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-14.504	-4.043	-10.460	-259%	-3.619	-10.884	-301%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-1.406	93	-1.499	-1.613%	-824	-582	-71%
IPO – Coimbra, E.P.E.	-2.794	-1.600	-1.194	-75%	-1.640	-1.154	-70%
IPO – Lisboa, E.P.E.	-5.397	-6.551	1.153	18%	-8.233	2.836	34%
IPO – Porto, E.P.E.	-8.926	3.371	-12.297	-365%	-8.833	-93	-1%
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-5.626	-9.529	3.903	41%	-1.525	-4.102	-269%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	-74	-780	706	90%	418	-492	-118%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	-19.514	-20.417	902	4%	-5.461	-14.054	-257%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-6.684	-2.657	-4.027	-152%	-4.611	-2.073	-45%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-4.140	-7.117	2.977	42%	2.487	-6.627	-266%
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	-1.441	-4.505	3.064	68%	1.455	-2.896	-199%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	-3.937	-2.147	-1.790	-83%	-1.949	-1.987	-102%

**Tabela 23 – Resultado Líquido por empresa (continuação)**

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
Transportes e Armazenagem	-50.777	-256.737	205.960	80%	-260.016	209.239	80%
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	1.698	585	1.114	190%	1.249	449	36%
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	7.225	9.549	-2.323	-24%	8.924	-1.699	-19%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	7.104	554	6.551	1.183%	1.277	5.828	457%
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	19.675	20.980	-1.305	-6%	19.584	91	0%
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	3.419	2.948	471	16%	3.221	198	6%
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	-109.142	-154.436	45.294	29%	-144.565	35.423	25%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	142.912	96.405	46.507	48%	26.320	116.592	443%
Metro do Mondego, S.A.	-28	-26	-2	-7%	-21	-6	-31%
Metro do Porto, S.A.	-94.201	-183.732	89.532	49%	-136.663	42.462	31%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-24.570	-38.365	13.794	36%	-44.140	19.570	44%
MOBI.E, S.A.	2	1	0	22%	1	0	30%
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	6.373	8.644	-2.271	-26%	28.038	-21.666	-77%
SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A.	3.667	3.408	259	8%	3.547	120	3%
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-14.911	-23.252	8.341	36%	-26.788	11.877	44%
Total	-243.046	-640.041	396.995	62%	-293.233	50.186	17%

Fonte: SIRIEF



Tabela 24 – Dívida Remunerada por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	1.383.105	1.362.578	20.527	2%	1.433.028	-49.923	-3%	
ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	359.583	359.056	527	0%	359.539	44	0%	
Parque Escolar, E.P.E.	1.023.522	1.003.522	20.000	2%	1.073.489	-49.967	-5%	
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Agricultura e Pescas	45	0	45		0	45		
Companhia das Lezírias, S.A.	45	0	45		0	45		
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	0	0	0		0	0		
Atividades Administrativas	58.940	62.586	-3.646	-6%	58.940	0	0%	
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	58.940	62.586	-3.646	-6%	58.940	0	0%	
Construção	637.498	658.735	-21.237	-3%	690.804	-53.307	-8%	
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	637.498	658.735	-21.237	-3%	690.804	-53.307	-8%	
Cultura	937	0	937		936	1	0%	
CE – Circuito do Estoril, S.A.	1	0	1		0	1		
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	936	0	936		936	-0	-0%	
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	0	0	0		0	0		
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	0	0	0		0	0		
Distribuição de Água	1.226.811	1.152.308	74.504	6%	1.286.128	-59.316	-5%	
Águas da Região de Aveiro, S.A.	60.358	61.530	-1.171	-2%	72.338	-11.979	-17%	
Águas do Algarve, S.A.	224.840	223.435	1.405	1%	231.348	-6.508	-3%	
Águas do Centro Litoral, S.A.	227.460	230.686	-3.226	-1%	244.419	-16.959	-7%	
Águas do Douro e Paiva, S.A.	71.274	72.869	-1.596	-2%	0	71.274		
Águas do Norte, S.A.	589.012	509.787	79.225	16%	737.604	-148.591	-20%	
ECODETRA – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	220	220	-0	-0%	420	-200	-48%	
Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S.A.	53.648	53.781	-133	-0%	0	53.648		
Empresas Financeiras	2.968.611	2.963.305	5.306	0%	3.909.887	-941.275	-24%	
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	209.115	211.550	-2.435	-1%	209.115	-0	-0%	
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	0	0	0		0	0		
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0		
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	0	0	0		0	0		
Parública – Participações Públicas SGPS, S.A.	2.759.497	2.751.755	7.742	0%	3.700.772	-941.275	-25%	
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	0	0	0		0	0		



Tabela 24 – Dívida Remunerada por empresa (continuação)

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Empresas Imobiliárias	83.920	82.559	1.361	2%	78.577	5.343	7%	
AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.	0	338	-338	-100%	289	-289	-100%	
Baía do Tejo, S.A.	0	7.589	-7.589	-100%	0	0		
Consest – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	5.531	6.267	-736	-12%	5.161	370	7%	
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A.	0	0	0		0	0		
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	16.791	4.943	11.848	240%	5.618	11.173	199%	
MARÉ – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	103	171	-68	-40%	296	-193	-65%	
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	16.791	16.905	-114	-1%	17.344	-552	-3%	
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	44.704	46.346	-1.642	-4%	49.871	-5.167	-10%	
Gestoras de Património	6.666.165	5.467.618	1.198.547	22%	5.553.825	1.112.340	20%	
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	12.495	9.580	2.915	30%	14.538	-2.043	-14%	
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	691.591	592.090	99.500	17%	575.000	116.591	20%	
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	0	0	0		0	0		
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.	0	0	0		0	0		
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	133.408	16.706	116.701	699%	151.773	-18.366	-12%	
PARUPS, S.A.	1.358.405	287.637	1.070.768	372%	389.618	968.787	249%	
PARVALOREM, S.A.	4.450.986	4.537.799	-86.814	-2%	4.379.249	71.737	2%	
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	0	0	0		0	0		
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	19.280	23.804	-4.524	-19%	24.039	-4.759	-20%	
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	0	0	0		19.607	-19.607	-100%	
Indústrias Transformadoras	0	0	0		0	0		
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	0	0	0		0	0		
Informação e Comunicação	105.347	110.944	-5.597	-5%	112.693	-7.346	-7%	
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	0	268	-268	-100%	148	-148	-100%	
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	105.347	110.676	-5.329	-5%	112.544	-7.198	-6%	



Tabela 24 – Dívida Remunerada por empresa (continuação)

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Saúde	14.899	201	14.697	7.299%	138	14.761	10.695%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	14.792	0	14.792		0	14.792	
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	107	141	-35	-24%	138	-31	-23%
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	0	0	0		0	0	
IPO – Coimbra, E.P.E.	0	0	0		0	0	
IPO – Lisboa, E.P.E.	0	0	0		0	0	
IPO – Porto, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	0	60	-60	-100%	0	0	
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	0	0	0		0	0	
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	0	0	0		0	0	



Tabela 24 – Dívida Remunerada por empresa (continuação)

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1
Transportes e Armazenagem	18.396.107	13.186.827	5.209.280	40%	18.727.713	-331.606	-2%
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	14.405	14.405	0	0%	15.727	-1.322	-8%
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	17.720	17.720	0	0%	18.660	-940	-5%
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	72.616	85.179	-12.563	-15%	86.697	-14.081	-16%
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	0	0	0		0	0	
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	0	0	0		0	0	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	2.614.381	2.656.442	-42.061	-2%	3.024.535	-410.154	-14%
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	8.289.818	4.151.069	4.138.749	100%	8.344.014	-54.196	-1%
Metro do Mondego, S.A.	0	0	0		0	0	
Metro do Porto, S.A.	3.614.479	3.498.113	116.366	3%	3.378.234	236.245	7%
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	3.440.663	2.432.336	1.008.327	41%	3.487.194	-46.531	-1%
MOBI.E, S.A.	0	0	0		0	0	
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	1.081	1.081	0	0%	2.328	-1.247	-54%
SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A.	0	0	0		0	0	
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	330.945	330.482	463	0%	370.325	-39.380	-11%
Total	31.542.383	25.047.661	6.494.722	26%	31.852.667	-310.284	-1%

Fonte: SiRIEF



Tabela 25 – EBITDA por empresa

Unidade: Milhares de euros

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
Administração Pública	117.329	135.932	-18.603	-14%	200.730	-83.401	-42%
ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.	5.787	197	5.589	2.831%	84.793	-79.006	-93%
Parque Escolar, E.P.E.	111.038	132.683	-21.644	-16%	112.795	-1.757	-2%
SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	504	3.052	-2.548	-83%	3.142	-2.638	-84%
Agricultura e Pescas	10.843	9.632	1.211	13%	9.880	963	10%
Companhia das Lezírias, S.A.	5.238	3.555	1.684	47%	3.860	1.378	36%
Docapesca – Portos e Lotas, S.A.	5.605	6.077	-472	-8%	6.019	-415	-7%
Atividades Administrativas	8.483	7.976	507	6%	6.253	2.230	36%
Sagesecur – Sociedade de Estudos Desenvolvimento e Participação em projectos, S.A.	8.483	7.976	507	6%	6.253	2.230	36%
Construção	11.997	7.247	4.750	66%	11.991	6	0%
EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.	11.997	7.247	4.750	66%	11.991	6	0%
Cultura	14.095	13.958	137	1%	13.105	991	8%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	631	645	-14	-2%	853	-222	-26%
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.	445	74	372	503%	-1.066	1.511	142%
Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	12.107	12.712	-605	-5%	12.459	-352	-3%
Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.	625	223	402	180%	573	52	9%
Teatro Nacional de S. João, E.P.E.	287	304	-18	-6%	286	1	0%
Distribuição de Água	171.889	183.684	-11.794	-6%	182.790	-10.901	-6%
Águas da Região de Aveiro, S.A.	10.940	11.228	-288	-3%	10.265	674	7%
Águas do Algarve, S.A.	36.283	35.405	879	2%	35.596	687	2%
Águas do Centro Litoral, S.A.	32.068	32.675	-606	-2%	33.027	-958	-3%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	14.080	13.815	265	2%	0	14.080	
Águas do Norte, S.A.	71.269	82.854	-11.585	-14%	104.165	-32.896	-32%
ECODETRA – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A.	-20	-16	-3	-18%	-264	244	93%
Simdouro - Saneamento do Grande Porto, S.A.	7.268	7.723	-455	-6%	0	7.268	
Empresas Financeiras	301.017	70.061	230.956	330%	234.744	66.272	28%
Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A.	11.264	-1.022	12.287	1.202%	-42.485	53.750	127%
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial SGPS, S.A.	-344	26	-371	-1.412%	-33	-311	-945%
Fundiestamo – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	505	463	42	9%	557	-52	-9%
Margueira – Sociedade de Gestão de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	181	104	77	74%	247	-66	-27%
Parública – Participações Públicas SGPS, S.A.	287.365	70.333	217.032	309%	279.161	8.204	3%
Portugal Capital Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	2.046	157	1.889	1.203%	-2.702	4.748	176%



Tabela 25 – EBITDA por empresa (continuação)

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
Empresas Imobiliárias	16.632	16.275	357	2%	-20.629	37.261	181%
AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.	4.924	4.590	334	7%	4.773	151	3%
Baía do Tejo, S.A.	1.847	574	1.272	221%	1.429	418	29%
Consest – Sociedade Gestora de Promoção Imobiliária, S.A.	-2.773	-627	-2.146	-342%	-41.065	38.292	93%
Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro – Florestal, Imobiliário, Turístico e Cinegético, S.A.	151	147	4	3%	3.406	-3.255	-96%
MARB – Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	881	308	573	186%	162	720	445%
MARÉ – Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	466	478	-12	-2%	-159	625	394%
MARF – Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	881	840	41	5%	71	810	1.145%
MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	10.254	9.965	289	3%	10.755	-500	-5%
Gestoras de Património	93.102	57.712	35.390	61%	102.182	-9.079	-9%
AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	2.197	1.953	244	12%	3.189	-992	-31%
AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.	295	584	-288	-49%	677	-382	-56%
AICEP – Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	5.672	800	4.872	609%	2.452	3.220	131%
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.	536	299	237	79%	212	324	153%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	99.278	95.669	3.609	4%	95.950	3.329	3%
PARUPS, S.A.	5.803	-525	6.328	1.206%	-20.516	26.319	128%
PARVALOREM, S.A.	-24.081	-41.531	17.450	42%	-81.415	57.334	70%
Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.	3	0	3		15	-13	-83%
SIMAB – Soc. Inst. Mercados Abastecedores, S.A.	4.080	4.282	-202	-5%	14.816	-10.735	-72%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	-682	-3.819	3.137	82%	86.801	-87.483	-101%
Indústrias Transformadoras	23.173	34.126	-10.952	-32%	31.626	-8.453	-27%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	23.173	34.126	-10.952	-32%	31.626	-8.453	-27%
Informação e Comunicação	13.783	17.044	-3.261	-19%	13.006	777	6%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1.364	1.499	-135	-9%	2.626	-1.262	-48%
RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	12.419	15.545	-3.126	-20%	10.380	2.039	20%



Tabela 25 – EBITDA por empresa (continuação)

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016	Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1		Execução [3]	Abs. [1]-[3]
Saúde	-270.256	-159.138	-111.118	-70%	-49.405	-220.851	-447%
Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E.	-3.025	-11.355	8.330	73%	2.785	-5.811	-209%
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	-2.384	104	-2.488	-2.399%	1.217	-3.601	-296%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.	-21.441	-31.919	10.478	33%	-4.250	-17.191	-405%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.	-6.731	-2.250	-4.481	-199%	9.424	-16.155	-171%
Centro Hospitalar São João, E.P.E.	-21.641	-14.134	-7.508	-53%	3.867	-25.508	-660%
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	-5.533	-17.506	11.973	68%	-15.564	10.031	64%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.	-5.538	-5.955	417	7%	-5.040	-498	-10%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.	-30.765	-17.541	-13.224	-75%	-14.940	-15.826	-106%
Centro Hospitalar do Baixo Vouga, E.P.E.	-15.199	-5.612	-9.587	-171%	-2.693	-12.507	-464%
Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.	-7.543	-2.972	-4.571	-154%	-6.053	-1.490	-25%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.	-13.091	-14.475	1.384	10%	3.859	-16.951	-439%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.	-34.447	-11.493	-22.954	-200%	-9.096	-25.351	-279%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.	-8.584	975	-9.558	-981%	-4.096	-4.488	-110%
Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, E.P.E.	-11.492	100	-11.592	11.592%	-3.761	-7.731	-206%
Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E.	11.621	10.070	1.551	15%	11.095	526	5%
Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	-3.647	-307	-3.340	-1.086%	-3.690	43	1%
Centro Hospitalar Tondela-Viseu, E.P.E.	-12.932	309	-13.241	-4.286%	-4.316	-8.616	-200%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	-8.730	824	-9.554	-1.160%	-1.251	-7.479	-598%
Hospital da Senhora da Oliveira Guimarães, E.P.E.	-14.061	-14.084	23	0%	-12.949	-1.112	-9%
Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E.	465	857	-392	-46%	1.614	-1.149	-71%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.	-879	19	-898	-4.642%	829	-1.708	-206%
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	-4.914	-4.392	-521	-12%	468	-5.382	-1.149%
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.	-11.828	-2.829	-8.999	-318%	-4.294	-7.534	-175%
Hospital Garcia da Orta, E.P.E.	-12.107	-979	-11.128	-1.137%	-1.150	-10.957	-953%
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.	-999	413	-1.412	-342%	-416	-583	-140%
IPO – Coimbra, E.P.E.	137	1.750	-1.613	-92%	1.522	-1.385	-91%
IPO – Lisboa, E.P.E.	1.269	-688	1.957	285%	-2.153	3.423	159%
IPO – Porto, E.P.E.	-3.285	10.697	-13.982	-131%	-374	-2.911	-778%
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	-2.325	-5.901	3.576	61%	1.996	-4.320	-216%
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.	1.800	665	1.135	171%	2.218	-419	-19%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	-17.127	-17.070	-58	-0%	-2.901	-14.227	-490%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	-1.813	2.480	-4.293	-173%	455	-2.268	-498%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	-2.702	-4.988	2.287	46%	4.046	-6.747	-167%
Unidade Local de Saúde do Nordeste,, E.P.E.	1.600	-1.436	3.036	211%	4.652	-3.052	-66%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.	-2.383	-514	-1.869	-364%	-464	-1.919	-413%



Tabela 25 – EBITDA por empresa (continuação)

	T4 2017		Δ(2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Transportes e Armazenagem	956.497	801.995	154.502	19%	823.778	132.718	16%	
APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A.	10.198	9.268	930	10%	9.680	518	5%	
APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.	33.611	42.543	-8.931	-21%	30.352	3.259	11%	
APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.	22.324	16.583	5.742	35%	18.250	4.074	22%	
APS – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.	45.691	46.220	-529	-1%	45.006	685	2%	
APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.	7.745	7.637	108	1%	7.538	207	3%	
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	23.572	-8.812	32.385	367%	175	23.397	13.340%	
IP – Infraestruturas de Portugal, S.A.	676.847	671.850	4.997	1%	614.999	61.849	10%	
Metro do Mondego, S.A.	-13	-6	-7	-108%	-11	-2	-17%	
Metro do Porto, S.A.	83.569	1.353	82.215	6.075%	27.798	55.771	201%	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	32.499	-15.641	48.140	308%	23.981	8.518	36%	
MOBI.E, S.A.	20	245	-224	-92%	19	1	5%	
Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.	20.802	24.678	-3.876	-16%	45.769	-24.967	-55%	
SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A.	6.693	6.156	538	9%	6.601	92	1%	
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	-7.062	-79	-6.984	-	-6.379	-684	-11%	
				8.893%				
Total	1.468.584	1.196.503	272.081	23%	1.560.052	-91.468	-6%	

Fonte: SiRIEF



Tabela 26 – CMVMC por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	0	0	0		0	0		
Agricultura e Pescas	4.010	3.735	275	7%	3.897	113	3%	
Atividades Administrativas	0	0	0		0	0		
Construção	44	15	29	200%	36	7	21%	
Cultura	1.932	1.651	281	17%	1.654	278	17%	
Distribuição de Água	32.499	35.651	-3.152	-9%	24.180	8.319	34%	
Empresas Financeiras	0	0	0		0	0		
Empresas Imobiliárias	122	65	57	88%	210	-88	-42%	
Gestoras de Património	34.977	13.201	21.775	165%	18.430	16.547	90%	
Indústrias Transformadoras	25.738	20.824	4.913	24%	25.158	580	2%	
Informação e Comunicação	81.493	83.000	-1.508	-2%	88.951	-7.458	-8%	
Saúde	1.397.603	1.331.700	65.903	5%	1.331.437	66.166	5%	
Transportes e Armazenagem	290.181	263.301	26.881	10%	273.079	17.102	6%	
Total	1.868.598	1.753.144	115.454	7%	1.767.031	101.567	6%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 27 – FSE por setor de atividade

Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	59.675	85.215	-25.540	-30%	54.595	5.080	9%	
Agricultura e Pescas	12.040	11.719	321	3%	12.125	-85	-1%	
Atividades Administrativas	31	31	-1	-2%	30	0	1%	
Construção	18.296	30.166	-11.870	-39%	25.771	-7.475	-29%	
Cultura	19.075	15.670	3.404	22%	16.646	2.429	15%	
Distribuição de Água	118.858	118.710	148	0%	121.813	-2.955	-2%	
Empresas Financeiras	3.790	5.445	-1.655	-30%	3.857	-67	-2%	
Empresas Imobiliárias	12.039	11.542	498	4%	11.701	338	3%	
Gestoras de Património	54.606	60.219	-5.613	-9%	59.391	-4.784	-8%	
Indústrias Transformadoras	15.512	13.057	2.455	19%	13.875	1.637	12%	
Informação e Comunicação	46.545	40.244	6.301	16%	42.587	3.957	9%	
Saúde	760.023	707.312	52.710	7%	739.277	20.746	3%	
Transportes e Armazenagem	560.963	627.991	-67.028	-11%	557.999	2.964	1%	
Total	1.681.452	1.727.322	-45.869	-3%	1.659.667	21.785	1%	

Fonte: SiRIEF

**Tabela 28 – Gastos com Pessoal por setor de atividade**

Unidade: Milhares de euros

Setor	T4 2017		Δ (2017E/2017P)		T4 2016		Δ (2017/2016)	
	Execução [1]	Previsão [2]	Abs. [1]-[2]	Rel. [1]/[2]-1	Execução [3]	Abs. [1]-[3]	Rel. [1]/[3]-1	
Administração Pública	17.288	17.052	236	1%	16.656	632	4%	
Agricultura e Pescas	13.590	14.396	-806	-6%	14.120	-529	-4%	
Atividades Administrativas	0	1	-0	-0%	0	0	4%	
Construção	5.849	6.081	-232	-4%	6.067	-218	-4%	
Cultura	26.627	28.206	-1.578	-6%	25.625	1.002	4%	
Distribuição de Água	38.332	38.636	-304	-1%	36.392	1.940	5%	
Empresas Financeiras	5.983	7.393	-1.410	-19%	5.999	-17	-0%	
Empresas Imobiliárias	6.246	6.218	28	0%	5.824	421	7%	
Gestoras de Património	66.459	69.556	-3.097	-4%	65.522	937	1%	
Indústrias Transformadoras	22.645	20.239	2.406	12%	20.800	1.845	9%	
Informação e Comunicação	87.053	84.826	2.227	3%	83.671	3.383	4%	
Saúde	2.428.106	2.381.985	46.121	2%	2.311.678	116.429	5%	
Transportes e Armazenagem	530.109	539.721	-9.612	-2%	495.159	34.950	7%	
Total	3.248.288	3.214.310	33.978	1%	3.087.513	160.775	5%	

Fonte: SiRIEF

Tabela 29 – Administração Pública: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	3	24.174	20.483	-1.769	8.058	5.460	11.352	3	109.841	84.600	351	36.614	24.890	43.331
Endividamento	3	1.383.105	1.023.522	0	461.035	359.583	519.248	3	1.433.028	1.073.489	0	477.676	359.539	546.408
EBITDA	3	117.329	111.038	504	39.110	5.787	62.348	3	200.730	112.795	3.142	66.910	84.793	56.972
Volume de Negócios	3	137.470	95.676	16.396	45.823	25.398	43.408	3	130.122	89.412	15.759	43.374	24.952	40.134
Gastos Operacionais	3	-76.963	0	-39.538	-25.654	-19.314	12.038	3	-71.251	0	-36.218	-23.750	-18.613	10.853

Fonte: SIRIEF

Tabela 30 – Agricultura e Pescas: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	4.782	3.248	1.534	2.391	2.391	1.212	2	4.182	2.111	2.070	2.091	2.091	29
Endividamento	2	45	45	0	22	22	32	2	0	0	0	0	0	0
EBITDA	2	10.843	5.605	5.238	5.421	5.421	259	2	9.880	6.019	3.860	4.940	4.940	1.527
Volume de Negócios	2	32.476	25.707	6.769	16.238	16.238	13.391	2	32.864	26.701	6.163	16.432	16.432	14.523
Gastos Operacionais	2	-29.641	0	-21.077	-14.820	-14.820	8.849	2	-30.142	0	-21.539	-15.071	-15.071	9.147

Fonte: SIRIEF



**Tabela 31 – Atividades Administrativas: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	790	790	790	790	790	0	1	-1.204	0	-1.204	-1.204	-1.204	0
Endividamento	1	58.940	58.940	58.940	58.940	58.940	0	1	58.940	58.940	58.940	58.940	58.940	0
EBITDA	1	8.483	8.483	8.483	8.483	8.483	0	1	6.253	6.253	6.253	6.253	6.253	0
Volume de Negócios	1	7.633	7.633	7.633	7.633	7.633	0	1	7.633	7.633	7.633	7.633	7.633	0
Gastos Operacionais	1	-31	0	-31	-31	-31	0	1	-31	0	-31	-31	-31	0

Fonte: SIRIEF

Tabela 32 – Construção: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	-2.598	0	-2.598	-2.598	-2.598	0	1	-14.076	0	-14.076	-14.076	-14.076	0
Endividamento	1	637.498	637.498	637.498	637.498	637.498	0	1	690.804	690.804	690.804	690.804	690.804	0
EBITDA	1	11.997	11.997	11.997	11.997	11.997	0	1	11.991	11.991	11.991	11.991	11.991	0
Volume de Negócios	1	27.914	27.914	27.914	27.914	27.914	0	1	23.816	23.816	23.816	23.816	23.816	0
Gastos Operacionais	1	-24.188	0	-24.188	-24.188	-24.188	0	1	-31.874	0	-31.874	-31.874	-31.874	0

Fonte: SIRIEF

**Tabela 33 – Cultura: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	5	6.892	5.955	65	1.378	275	2.561	5	6.497	6.982	-1.268	1.299	233	3.249
Endividamento	5	937	936	0	187	0	418	5	936	936	0	187	0	419
EBITDA	5	14.095	12.107	287	2.819	625	5.194	5	13.105	12.459	-1.066	2.621	573	5.549
Volume de Negócios	5	34.678	30.651	426	6.936	1.128	13.270	5	33.015	25.474	431	6.603	2.358	10.623
Gastos Operacionais	5	-47.634	0	-19.179	-9.527	-4.716	8.311	5	-43.925	0	-18.899	-8.785	-4.471	7.538

Fonte: SIRIEF

Tabela 34 – Distribuição de Água: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	7	23.599	8.432	-20	3.371	1.450	3.304	7	24.616	13.024	-264	3.517	1.075	4.940
Endividamento	7	1.226.811	589.012	220	175.259	71.274	202.410	7	1.286.128	737.604	0	183.733	72.338	266.537
EBITDA	7	171.889	71.269	-20	24.556	14.080	24.407	7	182.790	104.165	-264	26.113	10.265	37.728
Volume de Negócios	7	314.836	98.532	0	44.977	45.749	32.678	7	297.423	141.215	0	42.489	44.858	51.193
Gastos Operacionais	7	-189.689	0	-62.548	-27.098	-22.310	22.548	7	-182.386	0	-87.702	-26.055	-22.486	31.756

Fonte: SIRIEF

**Tabela 35** – Empresas Financeiras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	6	137.448	125.448	-268	22.908	911	50.393	6	48.739	94.276	-43.006	8.123	83	45.500
Endividamento	6	2.968.611	2.759.497	0	494.769	0	1.112.634	6	3.909.887	3.700.772	0	651.648	0	1.496.100
EBITDA	6	301.017	287.365	-344	50.169	1.276	116.283	6	234.744	279.161	-42.485	39.124	107	118.793
Volume de Negócios	6	8.001	5.217	0	1.333	501	2.011	6	7.998	5.247	0	1.333	499	2.022
Gastos Operacionais	6	-9.773	0	-3.590	-1.629	-1.090	1.534	6	-9.856	0	-3.787	-1.643	-1.096	1.636

Fonte: SIRIEF

Tabela 36 – Empresas Imobiliárias: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	8	6.326	4.343	-2.422	791	315	1.949	8	-10.321	12.148	-32.676	-1.290	1.632	13.235
Endividamento	8	83.920	44.704	0	10.490	2.817	15.642	8	78.577	49.871	0	9.822	2.728	17.215
EBITDA	8	16.632	10.254	-2.773	2.079	881	3.923	8	-20.629	10.755	-41.065	-2.579	795	15.970
Volume de Negócios	8	38.016	13.674	0	4.752	1.441	5.393	8	36.275	13.014	0	4.534	1.684	5.194
Gastos Operacionais	8	-18.407	0	-6.719	-2.301	-822	2.563	8	-17.735	0	-5.965	-2.217	-875	2.441

Fonte: SIRIEF

**Tabela 37 – Gestoras de Patrimônio: estatísticas descritivas**

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	10	-23.633	62.940	-123.731	-2.363	590	49.787	10	-51.202	87.780	-190.390	-5.120	1.644	75.106
Endividamento	10	6.666.165	4.450.986	0	666.616	15.888	1.402.751	10	5.553.825	4.379.249	0	555.382	21.823	1.358.101
EBITDA	10	93.102	99.278	-24.081	9.310	1.366	32.757	10	102.182	95.950	-81.415	10.218	1.565	50.533
Volume de Negócios	10	228.617	159.254	0	22.862	9.141	48.529	10	208.091	151.019	0	20.809	7.994	46.265
Gastos Operacionais	10	-156.042	0	-57.184	-15.604	-8.172	18.749	10	-143.343	0	-57.143	-14.334	-7.593	18.032

Fonte: SIRIEF

Tabela 38 – Indústrias Transformadoras: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	1	15.081	15.081	15.081	15.081	15.081	0	1	20.040	20.040	20.040	20.040	20.040	0
Endividamento	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
EBITDA	1	23.173	23.173	23.173	23.173	23.173	0	1	31.626	31.626	31.626	31.626	31.626	0
Volume de Negócios	1	95.927	95.927	95.927	95.927	95.927	0	1	94.431	94.431	94.431	94.431	94.431	0
Gastos Operacionais	1	-63.895	0	-63.895	-63.895	-63.895	0	1	-59.833	0	-59.833	-59.833	-59.833	0

Fonte: SIRIEF

**Tabela 39** – Informação e Comunicação: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	2	851	721	130	425	425	418	2	3.775	2.135	1.641	1.888	1.888	349
Endividamento	2	105.347	105.347	0	52.673	52.673	74.491	2	112.693	112.544	148	56.346	56.346	79.476
EBITDA	2	13.783	12.419	1.364	6.891	6.891	7.817	2	13.006	10.380	2.626	6.503	6.503	5.482
Volume de Negócios	2	229.504	214.180	15.324	114.752	114.752	140.612	2	228.508	213.195	15.314	114.254	114.254	139.923
Gastos Operacionais	2	-215.090	0	-201.262	-107.545	-107.545	132.535	2	-215.209	0	-201.639	-107.604	-107.604	132.985

Fonte: SIRIEF

Tabela 40 – Saúde: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	35	-385.980	2.053	-40.754	-11.028	-8.114	10.100	35	-174.104	2.487	-21.824	-4.974	-4.611	5.969
Endividamento	35	14.899	14.792	0	426	0	2.500	35	138	138	0	4	0	23
EBITDA	35	-270.256	11.621	-34.447	-7.722	-5.533	9.387	35	-49.405	11.095	-15.564	-1.412	-464	5.779
Volume de Negócios	35	4.245.427	406.998	21.441	121.298	92.063	93.532	35	4.185.977	391.850	21.837	119.599	90.754	92.325
Gastos Operacionais	35	-4.585.732	0	-419.241	-131.021	-92.294	101.131	35	-4.382.391	0	-411.124	-125.211	-91.420	96.710

Fonte: SIRIEF

**Tabela 41** – Transportes e Armazenagem: estatísticas descritivas

Unidade: Milhares de euros

	2017							2016						
	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão	N	Soma	Máximo	Mínimo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Resultado Líquido	14	-50.777	142.912	-109.142	-3.627	2.559	57.116	14	-260.016	28.038	-144.565	-18.573	1.263	55.039
Endividamento	14	18.396.107	8.289.818	0	1.314.008	16.062	2.424.259	14	18.727.713	8.344.014	0	1.337.694	17.193	2.440.628
EBITDA	14	956.497	676.847	-7.062	68.321	21.563	176.674	14	823.778	614.999	-6.379	58.841	13.965	160.937
Volume de Negócios	14	1.978.931	1.160.362	0	141.352	47.041	302.546	14	1.928.716	1.160.008	0	137.765	43.675	302.345
Gastos Operacionais	14	-1.381.253	0	-650.883	-98.661	-25.904	175.605	14	-1.326.236	0	-639.984	-94.731	-25.685	172.363

Fonte: SIRIEF



UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

Rua da Alfândega, 5 – R/C, 1100-016 Lisboa, Portugal

Tel.: +351 218 846 869 Fax: +351 218 846 735 Correio Eletrónico: utam@utam.gov.pt

www.utam.gov.pt